

Trabalho, Lazer e relações de Gênero na Ótica de Mulheres Imigrantes¹

Alessandro Soares da Silva²Lorraine Lopes Souza³

Resumo

O presente artigo resulta de uma investigação realizada em 2011 com mulheres bolivianas e peruanas que imigraram para o Brasil em busca de trabalho e que se encontram indocumentadas e submetidas a condições altamente precárias de trabalho. Nessas condições as relações de trabalho e lazer revelam um determinado modo de compreender e viver as relações de gênero, de perceberem-se a si mesmas e seu papel na construção da família e de si próprias enquanto sujeitos autônomos e emancipados. Dito de outra forma, a pesquisa revela uma posição psicopolítica de subordinação e aceitação passiva justificada em elementos culturais de corte patriarcal e autoritário.

Palavras-Chave: Trabalho, Lazer, relações de Gênero, Imigração, Psicologia Política

Resumen

El presente artículo resulta de una investigación realizada en 2011 con mujeres bolivianas y peruanas que inmigraron para Brasil en busca de trabajo y que están indocumentadas y sometidas a condiciones altamente precarias de trabajo. En esas condiciones las relaciones de trabajo y ocio revelan un determinado modo de comprender y vivir las relaciones de género, de percibirse a sí mismas y su papel en la construcción de la familia y de sí propias como sujetos autónomos y emancipados. Dicho de otra manera, la investigación revela una posición psicopolítica de subordinación e aceptación pasiva justificada en elementos culturales de corte patriarcal y autoritario.

Palabras Clave: Trabajo, Ocio, relaciones de Género, Inmigración, Psicología Política

Abstract

This article is the result of an investigation conducted in 2011 with Bolivian and Peruvian women who immigrated to Brazil in search of work and who are undocumented and subject to conditions highly precarious work. Under these conditions the relationship of work and leisure reveal a particular way of understanding and living relations of gender, perceive themselves to themselves and their role in the family and themselves as autonomous subjects and emancipated. Put another way, the research reveals a psycho position of subordination and passive acceptance justified in cutting cultural elements patriarchal and authoritarian.

Keywords: Work, Leisure, Relations of Gender, Immigration, Political Psychology

Introdução

¹ Recibido: 13/febrero/2015. Aceptado: 16/octubre/2015

² Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo, Livre docente em Sociedade, Multiculturalismo e Direitos pela Universidade de São Paulo, e líder do Grupo de Pesquisas e Estudos em psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. alesssoares@usp.br

³ Bacharel em Lazer e Turismo e pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos em psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. lolorraines@gmail.com

Muitos são os estudos que se fazem no campo do lazer, do trabalho e das relações de gênero. Eles têm as mais diversas origens. Encontramos estudos na Sociologia, na Política e na Psicologia Social. Contudo, o presente texto não pretende fazer mais um estudo nessa perspectiva disciplinar. Queremos desenvolver aqui um estudo interdisciplinar desde a perspectiva do campo da Psicologia Política (SILVA e CORRÊA, 2015). Se, para alguns, a psicologia Política não passa da aplicação de teorias psicossociais à política, para nós ela é mais ampla e complexa, pois é um campo fronteiro, intersticial, que ultrapassa as fronteiras e rompe com as lógicas disciplinaristas nascidas no século XIX. Por esse motivo, nosso texto não parte de uma revisão de literatura psicossocial ou sociológica, mas busca compreender esses três fenômenos de maneira articulada e tendo como foco os elementos subjetivos e objetivos que emergem da articulação desse quadrinômio: Gênero, Trabalho, Lazer e Imigração. Os trabalhos que aqui utilizaremos nos parecem compartilhar do que chamamos de campo psicopolítico, mesmo quando seus autores não se reconhecem assim. A respeito de nossa compreensão sobre quem é o/a imigrante adotamos a que propõem Ignacio Dobles Oropeza, Gabriela Vagas Selva e Krissia Amador Rojas (2014). Como apontam, são “pessoas que por períodos mais ou menos prolongados se trasladaram geograficamente para desenvolver sua existência cotidiana em contextos diferentes àqueles em que nasceram. Não se trata dos turistas, efêmeros por definição, que costumam contar com os meios para poder efetuar seu deslocamento sem ter que se preocupar por sua cotidianidade, senão daqueles que se veem obrigados a fazer o traslado, ou que vislumbram um melhor futuro em outras terras.” (p. 1).

Hoje, segundo a ONU, há no mundo mais de 232 milhões de imigrantes que se viram forçados a deixarem seus países ou vislumbraram um futuro melhor fora de suas terras. No caso da imigração feminina há claros agravantes gerados dela condição da mulher em uma sociedade de classes (SAFIOTTI, 2013). Nesse marco, a estratificação, o preconceito e os estereótipos de gênero ajudam a agravar sua condição em contextos nos quais grande parte de suas redes de suporte não existe. Mas ainda aí redes de mulheres migrantes são suporte de sobrevivência. A esse respeito recorda Chiaretti, 2005:

Cada mulher, imigrante ou não, vive o conflito causado pela necessidade de conciliar trabalho familiar e profissional, toda mulher vive a experiência da dependência de outra mulher na sua estratégia pessoal de conciliar a dupla presença, na família e no mercado, toda mulher se confronta com a desvalorização do seu trabalho em família e no mercado. Uma condição de gênero comum, mas que a origem étnica, de status e de classe, diferencia e estratifica, tornando vazios os discursos que conferem a possibilidade de associação coletiva mais a partir do espírito de “irmandade” que de uma análise séria das desigualdades que dividem as mulheres (p. 173).

Os valores relativos à qualidade de vida, como realização pessoal, qualidade dos relacionamentos, opções de lazer, entre outros, estão sendo cada vez mais valorizados pela sociedade. O paradoxo é que, apesar disso, as desigualdades seguem marcando a vida das pessoas, sobretudo quando se trata do gênero feminino.

Frente à reconhecida importância do lazer, o tempo dedicado a ele passa a ser identificado como um momento privilegiado para a vivência de valores, que contribuam para mudanças de ordem moral, subjetiva, social, cultural e política, produzindo mudanças de ordem pessoal e coletiva. Nas grandes cidades, o lazer é um fenômeno que está relacionado ao processo de urbanização, e deve ser analisado tendo em vista a complexidade do mesmo, pois nele observamos que as camadas economicamente mais favorecidas da sociedade têm acesso às mais diversas opções de lazer. Mas quando olhamos para as camadas menos favorecidas, verificamos que estas quase não têm acesso ao lazer pelos mais diversos motivos (ROCHA, 2003). Entre estes, convém destacar o fato de que o sistema de governança global e local fortifica “traços patriarcais”, os quais são expressos nas leis de imigração que colocam o núcleo familiar como base para a concessão de direitos (IZQUIERDO ESCRIBANO, 2000; Oliveira, 2013). Isso impacta no mundo do trabalho e na capacidade de manutenção e deslocamento feminino.

Um sistema de concessão de visto, por exemplo, assentado na necessidade de comprovação de trabalho formal e/ou meio lícito de recebimento de renda faz com que as mulheres se vejam em desvantagem. Mas a mulher imigrante tem ainda menos acesso ao trabalho formal e, por conseguinte, tem seus direitos muito mais limitados que qualquer homem para imigrar e permanecer no país de destino (LESSIER, 2004). Essa realidade afeta diretamente sua capacidade de manter em sua vida atividades mínimas de Lazer, sobretudo quando estes sujeitos têm que fazê-lo sem papéis, na condição de “indocumentados”. Destarte, sujeitos que não possuem documentos de permanência no Brasil estão fora do sistema que outorga cidadania, ou seja, estão, por um lado, excluídos e, por outro, incluídos perversamente em uma condição marginal na qual a marca é a vulnerabilidade social que lhes fragiliza e até mesmo nega reconhecimento destes enquanto sujeitos de direitos (SAWAIA, 1999, PAES, 2015). É o que mostrará esse trabalho a partir da análise da realidade de mulheres imigrantes indocumentadas⁴, lembrando que

Os migrantes indocumentados formam um grupo heterogêneo geralmente tendo características comuns a pobreza e um cotidiano à margem da sociedade no país de destino. Muitas vezes por

⁴ São diversos os trabalhos que tratam da questão de gênero e imigração e são diversas as áreas de estudo. Não faremos neste texto uma revisão de literatura, pois não nos parece o caso, visto que o foco é a análise dos dados a luz da Psicologia Política Feminista (González Suárez, 2008, 2013). Entretanto, sugerimos a leitura dos trabalhos de Antonio Izquierdo Escribano (2000); Patricia Villen (2013, 2014ab); Danielle Rezera (2012); Estefânia G. Silva, Maria C. Nogueira e Ana Maria A. Neves (2010); Gladys

viver na clandestinidade ficam em situação vulnerável, privados de seus direitos humanos e expostos à exploração social. Aqueles que trabalham são expostos a péssimas condições de trabalho, em locais sem estrutura adequada de saúde e higiene, jornadas de trabalho extensas e baixa remuneração. Além disso, o imigrante não procura defender seus direitos e se sujeita à exploração e a exploração pelo receio de ser penalizado por sua situação irregular, o que levaria a sua deportação. (Oliveira, 2013: 8).

Essa condição quando atravessada por elementos como classe e gênero, por exemplo, é agravada. Em um mundo falocêntrico, no qual os homens menos empoderados têm problemas, as dificuldades das mulheres são exacerbadas. No caso de indocumentação feminina, elas têm sua condição agudizada pelo simples fato ser mulher em uma ordem patriarcal.

Ao fazermos o cruzamento entre estas questões de gênero e a situação de imigrantes sulamericanas estabelecidas na cidade de São Paulo, analisadas neste contexto social, encontramos um universo pouco ou nada estudado se comparado ao fenômeno crescente de imigração de pessoas advindas de países sulamericanos fronteiriços ao Brasil, e principalmente, para a cidade de São Paulo (SILVA, 2006), local escolhido para realização do estudo. Tal situação faz com que este estudo tenha a finalidade de analisar o lazer e o trabalho no cotidiano de mulheres imigrantes em condição ilegal, como uma questão de pesquisa relevante não só para o campo do Lazer, mas também para a Psicologia Política (SILVA, 2012ab).

O lazer pode ser considerado um fenômeno interdisciplinar, e por isso desejamos pensá-lo desde a Psicologia Política, um campo de natureza interdisciplinar (SILVA, 2012a). Assim, analisaremos nesse artigo de que modo o trabalho realizado por mulheres imigrantes em situação ilegal e em condições anômalas no campo dos direitos sociais e políticos produz desdobramentos psicopolíticos no cotidiano dessas artífices, sobretudo no que se refere ao direito ao lazer. Pensar o direito ao lazer não é uma questão menor nesse cenário, sobretudo porque essas mulheres necessitam/são forçadas, em função de sua condição de ilegais no país, a assumir uma carga de trabalho diária superior àquela prevista na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Ao estudarmos essa questão, pensamos em contribuir para que as relações de trabalho, lazer e de gênero sejam vistas à luz das dinâmicas psicopolíticas que ordenam as relações de poder que (im)possibilitam a construção cidadã dessas mulheres. Este estudo busca investigar o cotidiano no qual essas mulheres encontram-se inseridas e das ações de trabalho e lazer por elas desenvolvidas, consolidando ou desconstruindo lugares e lógicas de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987). Perguntamo-nos como (e se) essas mulheres podem promover mudanças nas

Llajaruna (2007); Mathew Wright (2011) e Peter Thisted Dinesen, Robert Klemmensen e Asbjørn Sonne Nørgaard (2014).

suas condições de vida – e comportamentos – para que possam viver sem perda significativa de qualidade e com maior participação social.

Ainda que no Brasil o lazer seja um direito de todos, estando previsto na Constituição Federal, ele não é um direito garantido a essas mulheres imigrantes em situação ilegal. Essas mulheres têm negada a cidadania e tudo o mais que implique no poder ser cidadã ou mesmo exercer essa condição de cidadã. As dificuldades econômicas e culturais vividas por elas produzem impactos diretos em seu modo de vivenciar o político e a política, de construir-se como sujeitos políticos. Alves (2006) nos recorda que

O processo de precarização do trabalho, que é, do mesmo modo e em medida ampliada, precarização da vida social (e pessoal), expressa, em si, a contradição crucial entre a perspectiva possível de uma sociedade do não-trabalho (no sentido de tripalium), ou seja, o homem emancipado do sofrimento do labor por conta do desenvolvimento da produtividade do trabalho social; e o sofrimento do desemprego provocado pela potencialização desta mesma determinação, por esta ocorrer no interior da sociedade do capital (p. 35).

É preciso considerar também a existência de outras dificuldades para as práticas do lazer, além das já referidas. Marcelino (1995) defende que existem barreiras inter e intraclasses sociais, que constrói um todo inibidor, dificultando o acesso ao lazer não só quantitativamente, mas, sobretudo qualitativamente. Sendo assim, as condições econômicas funcionam como mais uma barreira para o lazer. Muitas vezes, o lazer é visto como uma atividade secundária, sem contribuição real para a formação e manutenção das relações sociais dos indivíduos, mas para Gomes “[...] o lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorre em um tempo/espaço específico [...]” (GOMES, 2008, p. 125). Como apontou Gomes (2008, p.100), o lazer ao longo da história “[...] esteve a serviço dos grupos dominantes e não dos assalariados, sendo imposta para preservar: na infância o trabalho da escola, e, na vida adulta, as energias físicas e morais dos trabalhadores”. Apresentaremos neste estudo o lazer livre (diferente de tempo livre. Aquino e Martins, 2007), promovido pelos próprios participantes e é notável a necessidade de participar de atividades de lazer para “*salir de las paredes cerradas*” (Sônia, entrevistada). Grupos de imigrantes sulamericanos já possuem estabelecida certa organização do tempo livre, que transcorre de forma natural, em espaços públicos de sociabilidade, como ruas e feiras públicas.

Mas vale lembrar que a concepção de trabalho sofreu diversas alterações ao longo da história, passando de tortura indesejada, o *tripalium*, até a escassez na contemporaneidade, que o torna tão almejado. Em tempo de falta de trabalho, lazer e tempo livre são um luxo que as pessoas não se permitem. Como veremos, esses são espaços de ‘trabalho ao ar livre’ para muitos

de seus frequentadores. O trabalho é, portanto, o objetivo dos indivíduos que deixam sua nação com a esperança de encontrá-lo em outro país, e, muitas vezes, carregando consigo mais promessas que certezas ao cruzar a fronteira. Ao buscarem trabalho em condições tão adversas, a possibilidade de pensar o lazer como um direito e uma condição de qualidade de vida se perde no horizonte e isso não é diferente, como veremos, com as mulheres que entrevistamos. Nesse ponto se encontram as noções de Lazer, Trabalho e Gênero.

Gênero vai além da diferenciação dos sexos, pois “[...] gênero é a produção social e a construção cultural do sexo biológico, como representação da imagem do poder relacional do homem e da mulher na sociedade” (OLIVEIRA, 1999, p. 70). Mas no cotidiano de sub-proletariado em que vivem essas mulheres essa possibilidade de construir uma imagem afirmativa acerca de si se vê debilitada. Na sociedade contemporânea há muitos avanços relacionados à equidade de gênero no campo do trabalho, mas ainda não se caminhou o suficiente. Historicamente a mulher enfrenta dificuldades para ser considerada como um ser capaz de desenvolver tarefas diferentes daquelas estabelecidas pela sociedade. Devido a isso, se restringem às profissões que reforçam o papel de cuidadoras, o qual foi construído ao longo da história. A elas cabe a educação dos filhos e os afazeres domésticos. A esse respeito Matos afirma que

Os limites entre o público e privado foram mais explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos. A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como locus da realização das potencialidades femininas (MATOS, 2000, p. 20).

As mulheres se inseriram no mercado de trabalho, no espaço público, após a I e II Revolução Industrial, e muitas vezes, nas grandes linhas de montagem, nas tecelagens e na confecção de vestuários. As condições de trabalho eram insalubres, e por isso foram organizados vários protestos por melhores condições (TILLY, 2010), até que ocorreu o marco histórico da luta das mulheres, em 8 de março de 1857, quando trabalhadoras foram protagonistas de um protesto nos Estados Unidos. Esta data é lembrada até hoje como o Dia Internacional da Mulher. Lipovetsky (1997) destaca que

A extensão das actividades femininas fora do lar foi acompanhada por uma florescência de discursos que denunciavam os seus malefícios. São conhecidas as fórmulas célebres de Michelet, << “a operária”, a palavra ímpia>> e de Jules Simon: << A mulher que se tornou operária já não é uma mulher. >> O trabalho das mulheres nas fábricas está associado à devassidão sexual e à

degenerescência da família, é considerado degradante e contrário à vocação natural da mulher (p. 201).

Em pleno século XXI as mulheres continuam trabalhando em funções semelhantes às *mártires* dos séculos passados, em situações bastante precárias, como é o caso das imigrantes bolivianas e peruanas que se inserem no trabalho ilegal/ informal e sofrem com ambientes insalubres, com pouca iluminação e ventilação, sendo estes, muitas vezes, os lugares de repouso: ao lado do maquinário de costura. “[...] As diferenças de sexo somam-se as diferenças sociais, étnicas, que devem ser identificadas e analisadas para estudar como o trabalho pode repercutir diferentemente em um e outro grupo humano” (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

Ao discutirmos sobre questões relativas à vida cotidiana e às barreiras de acesso ao lazer destacamos a longa jornada de trabalho, que atua como protagonista no processo de redução ou inviabilização do usufruto do tempo de lazer, visto que, após a jornada de trabalho as mulheres têm ainda que deter-se às tarefas domésticas, as quais, muitas vezes, não são reconhecidas e nem respeitadas como um trabalho e muito menos um labor importante. Isso resulta em uma dupla perda: da auto-estima feminina e da disponibilidade de tempo para empregar em outras atividades que melhor lhes convier. “[...] O capitalismo em seu devir histórico, como sistema social produtor de mercadorias, constitui (e ao mesmo tempo, desconstitui) o sujeito humano autônomo” (ALVES, 2006, p. 20). As questões da autonomia feminina em contraposição aos diferentes papéis exercidos pela mulher em sociedade podem culminar, como apontou Lipovetsky, na supressão da sua identidade e individualidade.

Instituiu-se um novo ciclo histórico nas sociedades democráticas: o da mulher trabalhadora. Este fenômeno veio abalar não apenas o mundo do emprego, mas também a relação das jovens com os estudos, as relações entre sexos e o poder no seio do casal; paralelamente ao controle da fecundidade, a actividade feminina exprime a promoção histórica da mulher que se governa a si mesma e ainda uma nova posição identitária do feminino (LIPOVETSKY, 1997, p. 200).

A autonomia passa por espaços que oportunizem a qualidade de vida, a possibilidade de ruptura da vida cotidiana (Heller, 1998). E aí está o desafio para essas mulheres que, além de um cotidiano que as traga, trazem consigo as marcas de sociedades patriarcais e com papéis atribuídos de maneira indubitável aos diferentes sexos. Eis aí a questão como construir a autonomia, como fazer-se sujeito político em um mundo marcado por apriorismos? Nesse artigo tentaremos entender as trajetórias dessas mulheres, sem, com isso, produzir generalizações e assertivas absolutas. Aqui nos restringiremos a compreender os caminhos da subjetividade e da política para 12 mulheres imigrantes ilegais vivendo na área metropolitana de São Paulo, Brasil.

As relações de gênero, trabalho e lazer

*“Enquanto as diferenças sexuais são físicas,
as diferenças de gênero são socialmente construídas.
Conceitos de gênero são interpretações culturais
das diferenças de gênero”
(OAKLEY, 1972)*

Gênero, como é sabido, não se refere ao sexo biológico: macho e fêmea. Ser fêmea não significa ser mulher, assim como ser macho não indica ser homem. Gênero é uma produção social, decorre da cultura, sendo por isso as diferenças entre os gêneros elementos que mudam no tempo. As características aceitas para a conduta do feminino e do masculino se alteram conforme as relações sociais estabelecidas em cada época e localidade. Assim, “A hierarquia de gênero descreve uma situação na qual o poder e o controle social sobre o trabalho, os recursos e os produtos, são associados à masculinidade” (STREY, 1998, p. 185).

A subordinação de gênero pode ser explicitada quando, no caso feminino, a mulher não tem o poder de agir em relação às instituições que a regem, como por exemplo, políticas que interferem na vida das mulheres, como o direito reprodutivo, laboral, etc. Existem teses que fundamentam a subordinação da mulher em relação ao homem desde os primórdios, em que o homem assumia o papel de caçador, enquanto a mulher cuidava da cria, como um princípio da divisão sexual do trabalho. Mas, as críticas lançadas a essa teoria de subordinação atacam, principalmente, a predominância da visão masculina, que estabelece a prática cultural baseada na caça, como já foi apontado em diferentes ocasiões (Chiès, 2010, Saffiotti, 2004), serviu de subsídio a uma lógica de dominação exploração que se sustenta no nó conceitual patriarcado-racismo-capitalismo proposto por Heleieth Saffiotti (1987, 2013).

A hierarquização de gênero surge com a formação das classes e do Estado e pode ser definida com as características do patriarcado que, ao associar-se a outros dois sistemas de dominação, racismo e capitalismo, ganha força quando o homem de uma etnia valorizada controla as relações de poder. O trabalho e seus produtos são os principais itens propulsores para a formação e manutenção do Estado, a partir de sua tributação gerada (CHIÈS, 2010; HELIBORN, 2004).

Giddens aponta outro enfoque para esta questão, e discorre sobre uma possível nova ordem mundial, que não é capitalista, mas é industrial:

O caráter de rápida transformação da vida social moderna não deriva essencialmente do capitalismo, mas do impulso energizante de uma complexa divisão do trabalho, aproveitando a produção para as necessidades humanas através da exploração industrial da natureza. Vivemos numa ordem que não é capitalista, mas industrial (GIDDENS, 1991).

Nas sociedades pré-modernas as atividades do lar faziam parte do cotidiano feminino. Mas, de maneira geral, as mulheres postergavam a manutenção do lar e da família, e se concentravam nas atividades do campo e na alimentação dos animais. Os modos de habitar os lares populares exigiam poucas horas de dedicação a casa e à família.

Nas sociedades pré-industriais todos os membros de uma família exerciam tarefas produtivas, que variavam de acordo com a idade e o sexo, na cidade e no campo as tarefas eram compartilhadas, a mulher cuidava do gado e dos pomares, vendia a produção, semeava, colhia, assim como preparava os produtos para os artesãos e contabilizava as vendas, só para citar alguns exemplos. Neste período, o casamento funciona como uma associação e era esperado que a mulher contribuísse com a economia da família. Em um folhetim para adolescentes do século XVII, a participação da mulher na economia da família era evidenciada: “Apenas um imbecil tomará por esposa uma mulher cujo pão ele tem de ganhar sem que ela contribua para isso” (BLUNDEN, 1982 *apud* LIPOVETSKY, 1997, p. 201). No século XIX, durante o processo de industrialização, as mulheres começam a fazer parte do trabalho assalariado. Em 1851, na Inglaterra, 40% das mulheres que trabalhavam atuavam como domésticas. Na França, em 1906, 36% das mulheres eram trabalhadoras do domicílio, 17% atuavam como domésticas, 25% eram operárias e 8% trabalhavam em escritórios. (LIPOVETSKY, 1997). O trabalho da mulher costumava ser temporário, durava até que a maternidade a impedisse de trabalhar e se o número de filhos aumentasse. A mulher solteira, da classe operária, não era malvista trabalhando para ajudar a família, diferente de uma mulher casada, que por vezes era tida como desonrosa, de menor valor, pois o trabalho não poderia prejudicar a função de mãe e esposa.

A construção social do espaço público/privado nas relações de poder/submissão somente reforçou a contradição entre feminilidade e trabalho, da maternidade e trabalho assalariado. Segundo Lipovetsky (1997), na história moderna, a invenção social do lugar da mulher sendo no lar teve início no século XIX, muitas vezes, difundida por meio dos romances da época, das pinturas e dos folhetins sobre constituição da família. Embora fosse um modelo burguês de constituição da família, logo se disseminou como um ideal para as demais camadas da população. Nos congressos dos operários, ocorridos no início do século XX, os militantes operários defendem que “o lugar actual das mulheres não é a oficina ou na fábrica, mas sim em casa, no interior da família” (PERROT, 1976 *apud* LIPOVETSKY, 1997, p. 204).

Na década de 1920, algumas feministas começam a reivindicar os direitos a independência econômica. Mas a questão das mulheres restritas ao lar quase não era discutida no período entre as duas guerras mundiais. As novas invenções de bens de consumo doméstico, que prometiam facilitar a vida das donas de casa, os novos cosméticos, que prometiam revolucionar e manter a beleza para o bem das mulheres e da família, o auge do consumo e dos produtos destinados à classe média norte americana, revolucionaram o modo de vida das famílias, que de certa forma

faz referencia ao que Veblen, com o consumo conspícuo, aponta na obra da Teoria da Classe Ociosa. Na década de 1960, um novo ciclo se inicia com o livro de Betty Friedan, *A Mulher Mistificada*, que se torna um marco na sociedade norte-americana, com a deflagração da vida cotidiana das donas de casa dos subúrbios estadunidenses, suas vidas vazias de significação e identidade (LIPOVETSKY, 1997). Nas décadas subsequentes as mulheres foram se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho, para além de um simples reforço no orçamento familiar, mas sim para firmar uma identidade de sujeito. “A nova cultura, centrada no prazer e no sexo, no lazer e na livre escolha individual, desvalorizou um modelo de vida feminino mais voltado para a família do que para si e por si” (LIPOVETSKY, 1997, p. 223).

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou a importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais (HELLER, 2008, p. 32).

Os estudos do lazer têm sido cada vez mais evidenciados, e no século XX se desenvolveram diversos parâmetros sobre as atividades de lazer. Neste sentido, surgiram duas vertentes de estudo, a primeira que designava o lazer para o desfrute pessoal, individual; a segunda definia o aspecto coletivo, de desfrute de todos. Os sociólogos estadunidenses consideraram o lazer sob o aspecto da sua aplicação prática, com vistas aos avanços tecnológicos e sua aplicação nas atividades de lazer. Dentre os teóricos que se destacaram, nestas duas correntes, podemos apontar Joffre Dumazedier (1994, 2001) como um dos estudiosos que mais obteve destaque com a função do lazer simplificado aos 3 D's: descanso, diversão e desenvolvimento, entretanto, esta classificação é apontada como uma teoria funcionalista do lazer, que tem o objetivo de preparar o indivíduo para o trabalho.

Gianni Toti (1975) constrói outra tipologia que apresenta o cotidiano dividido em cinco partes: o tempo desocupado (involuntário), o tempo de trabalho ou produtivo (tempo de transporte ao trabalho de todo o tipo), tempo fisiológico, tempo cultural, e o tempo livre propriamente dito, de auto-humanização para reduzir a alienação do ser humano.

Henri Lefebvre procura descobrir a riqueza oculta no cotidiano e as mudanças na sociedade capitalista, com a passagem da restrição das necessidades e escassez para uma nova cultura de expansão da produção e consumo, que desencadeou uma crise generalizada, na qual

os valores do povo foram substituídos pelos valores burgueses “que apagou a imagem do homem ativo, substituindo-a pela imagem do consumidor como razão da felicidade” (ORTEGA, 2000, p. 168).

A sociedade atual apresenta a escassez do tempo dedicado às práticas de lazer, mas em contrapartida aumenta a exaltação do tempo de entretenimento, experiências de lazer fortuito. Paradoxalmente, a lógica do patriarcado faz com que a vida de mulheres seja marcada pelo trabalho contínuo, conhecido como a dupla jornada de trabalho e por aparentes formas de tempo livre e lazer, que muitas vezes são, na verdade, formas de trabalho travestidas, podendo até conotar o que se entende por lazer, contudo, são na realidade formas de manutenção de uma lógica que corrobora ideias segundo as quais o prazer feminino está no cuidado atencioso com a família, no atendimento de suas demandas, sendo as próprias relegadas ao plano secundário de sua existência.

O artigo de Silvia Arbide, publicado em 2008 com o título *La importancia de la perspectiva de género en la psicología del ocio*, apresenta a temática das relações entre gêneros, dedicação ao trabalho e o tempo de lazer, com um enfoque bastante relevante para a apreciação nesta análise. O texto expõe algumas pesquisas realizadas em diversos países, com dados acerca do trabalho e tempo lazer da população feminina. Foram analisados aspectos como a idade, evidenciando que as mulheres entre 14 e 25 anos e acima de 65 possuem maior acesso ao lazer e, em contrapartida, as que estão entre esta faixa etária, por volta dos 40 anos, possuem o menor índice de acesso ao lazer. Ainda, foi apontado pela pesquisa que ter um companheiro ou ter filhos diminui o acesso ao lazer, já ingressar na universidade ou deixar a casa dos pais não tem o mesmo impacto, possibilitando a continuidade do padrão de lazer como proposto por Lage e Milone (1995).

Existem divisões temporais do cotidiano, contribuindo para sua análise, indicadas como: o tempo de trabalho remunerado, o tempo de trabalho não remunerado ou comprometido com obrigações, o tempo de cuidado pessoal e o tempo livre de obrigações e servem de parâmetro para a definição do acesso ao lazer. Na Espanha, por exemplo, o tempo de trabalho não remunerado é três vezes maior para as mulheres se comparado aos dos homens. Ainda, se houvesse diminuição no tempo de trabalho remunerado para homens implicaria aumento do tempo de lazer, todavia ocorre o oposto com as mulheres que se tivessem o tempo de trabalho menor, aumentaria proporcionalmente o tempo de trabalho não remunerado (MODEL, STIERS, WEBER, 1992 *apud* ARBIDE, 2008, p. 66).

As mulheres desenvolvem habilidades de executar várias atividades ao mesmo tempo, antes, durante ou depois do trabalho remunerado, chamado de policronicidade e o investimento de tempo pode chegar a ser 30% maior quando é necessário cuidar dos filhos menores e desempenhar atividades domésticas. (HESSING, 2004 *apud* ARBIDE, 2008, p.66). Podemos

entender a excessiva carga de atribuições às mulheres como uma forma de exploração velada. Muitas vezes tal exploração se dá por meio do consentimento ou aceitação de determinadas condições pela incorporação dos papéis femininos a elas atribuídos.

As atividades de lazer podem ser contaminadas, termo usado para designar a interferência negativa de tarefas simultâneas secundárias não prazerosas. Para medir a frequência com que isso ocorre com mulheres australianas os pesquisadores Michael Bittman e Judy Wacjman (2009) avaliaram as atividades de lazer sem interferência de obrigações, foi demonstrado que o tempo livre das obrigações é muito contaminado. Essa constatação aponta para outra situação, a fragmentação do tempo de lazer, que é igualmente prejudicial à contaminação, pois o lazer fragmentado pode caracterizar uma experiência menos intensa e reparadora para o praticante. Além disso, existem os níveis de distribuição do lazer no núcleo familiar, assim as mulheres realizam atividades de cuidado com os filhos, no tempo de lazer menos prazeroso, enquanto os homens costumam passar mais tempo em contextos prazerosos com seus filhos (BITTMAN, WACJMAN, 2000 *apud* ARBIDE, 2008, p. 67).

Outra pesquisa realizada demonstra que mesmo durante o período de férias em situação de viagem, muitas mulheres ainda se sentem com a pressão para atuar em tarefas domésticas, como o cuidado com a alimentação, a limpeza, o planejamento das atividades, e o estresse causado poderá ser maior do que se estivesse em seu lar, pois nem sempre as condições da viagem são cômodas, além de representar uma atividade não relaxante ou prazerosa (WIMBUSH, TAYLOS, 1988 *apud* ARBIDE, 2008, p. 67). E também, no aspecto psicológico, as mulheres se preocupam mais com a vida familiar, em comparação com o homem, enquanto desenvolvem outras atividades no trabalho ou no momento de lazer. Estas análises supracitadas corroboram com a constatação do papel atribuído ao feminino e ao masculino, e em pesquisa realizada na Espanha em 1998, 85% da população faz a distribuição do tempo conforme os tradicionais estereótipos sexuais. Deste modo, é possível afirmar que a divisão dos trabalhos domésticos, mesmo depois da crescente ascensão da mulher em posições de destaque no mercado de trabalho, apresenta desvantagem dentro do lar, reafirmando a lógica da dupla jornada de trabalho (ALVARO, 1998 *apud* ARBIDE, 2008, p. 68).

Dentro das inúmeras possibilidades de barreiras psicológicas para a realização de atividades de lazer, o texto de Arbide (2008) destaca as barreiras antecedentes e as intervenientes. A primeira está associada à relação intrapessoal e interpessoal, inibidora da formação do interesse por determinada prática de lazer. A segunda é a variável que permite a preferência ou rejeição por alguma atividade de lazer e decisão para a realização desta atividade. Outra importante barreira psicológica, citada por Arbide, é a moral, que atua no sentido de inibir a prática do lazer por meio da culpa, ou seja, a mulher não pratica atividades de lazer por entender que tem o dever de cumprir com obrigações morais ao invés de se divertir. Assim, o direito ao

lazer é ameaçado por um apelo moral da chamada ética do cuidado, como por exemplo, a hesitação em investir parte do ganho pelo seu trabalho para empregar em suas próprias atividades de lazer, mesmo que este dinheiro não comprometa a renda familiar.

A pesquisa realizada por Jackson e Henderson com 9642 homens e mulheres e as barreiras para o lazer incidentes em ambos os sexos, indicou mais obstáculos para o sexo feminino, assim como também existem barreiras dentro do mesmo sexo como, por exemplo, a idade, os rendimentos financeiros, o acesso à informação ou à estrutura familiar podem incidir favorecendo ou diminuindo as práticas de lazer (JACKSON & HENDERSON, 1995; ARBIDE, 2008).

Harrington e Dawson estudaram as diferentes barreiras para o lazer em três grupos de mulheres: as que trabalhavam em tempo integral, as que trabalhavam meio período e as donas de casa. Nos dois primeiros grupos os relatos são semelhantes quanto à falta de tempo, o cansaço, a dificuldade em planejar atividades que se enquadrem no cotidiano, e no último grupo, de donas de casa, apresenta um padrão mais complexo e importantes aspectos psicológicos, como auto-estima baixa, menores oportunidades, são mais receosas em enfrentar alguns tabus de atividades masculinas (HARRINGTON, DAWSON, 1995; ARBIDE, 2008). E ainda as donas de casa dedicam mais tempo aos cuidados com o lar e com a atenção às crianças e aos idosos, durante o trabalho não remunerado contínuo não conseguem estabelecer a distinção entre tempo produtivo e o reprodutivo, então dedicam menos ao lazer que as mulheres que trabalham fora de casa no período integral. Para essas mulheres donas de casa a diferenciação de tempo não é clara, é intangível por não haver uma alteração real durante as práticas diárias rotineiras que, de modo geral, são pouco valorizadas.

Dattilo, Samdahl e Kleiber realizaram uma pesquisa com 222 mulheres donas de casa que demonstravam estar em situação vulnerável, como por exemplo, baixa renda, obesidade e etnia desvalorizada. Os impedimentos para as atividades de lazer são, com frequência, as responsabilidades com os familiares, o desenvolvimento das atividades domésticas, a falta de dinheiro para investir em lazer, problemas de saúde e baixa auto-estima, e esta última barreira é revelada em estudos que apontam a íntima relação com a baixa participação em atividades de lazer (DATTILO, SAMDAHL, KLEIBER, 1994 *apud* ARBIDE, 2008, p. 70).

A *Joint European Foundation* aponta a suposição de que os indivíduos que exercem atividades remuneradas em período parcial possuem mais tempo para se dedicar a atividades mais prazerosas ou de lazer. Mas essa premissa não pode ser aplicada no caso das mulheres, que costumam utilizar o tempo para desenvolver o trabalho não remunerado, enquanto que os homens realmente desfrutam deste tempo livre.

Os dados das pesquisas apresentadas anteriormente demonstram a realidade de mulheres de diferentes nacionalidades e que são alvos da mesma forma de exploração dada pela

significação dos papéis de gêneros, pela lógica de dominação-exploração. Tais significações dos papéis desempenhados por gênero as impedem de desfrutar o tempo de lazer ou desenvolver habilidades diferentes das relacionadas ao ambiente doméstico.

Imigração e imigrantes sulamericanos na cidade de São Paulo

As questões imigratórias começaram a ser estudadas com maior afinco na segunda metade do século XIX, com os movimentos imigratórios ocorridos nos Estados Unidos, dado o desembarque de milhões de estrangeiros vindos de toda a Europa. O desenvolvimento da disciplina de Sociologia teve a importante contribuição dos estudos realizados pela Escola de Chicago, da Universidade de Chicago, e tais estudos apontaram relevante teorização acerca da temática da imigração, sobretudo o tipo que ocorria nos centros urbanos. Foi o princípio da Sociologia Urbana apresentada por Robert Park (1967, 1969), professor da Escola de Chicago e líder orientador dos estudos sobre a imigração no meio urbano na cidade de Chicago, que passava por imensas transformações nas dinâmicas sociais, de modo geral, o Meio Oeste estadunidense, com a crescente industrialização, o desenvolvimento do transporte e expansão urbana. Na Sociologia Urbana, a estrutura espacial da cidade era denominada por Ecologia Urbana.

William Sumner (1906) contribuiu com o desenvolvimento da Sociologia da Escola de Chicago tentando estabelecer a teoria geral da evolução humana, como por exemplo, os *folkways*, as maneiras habituais de um grupo de se realizarem determinadas ações ou objetos, e quando essas ações são capazes de auxiliar no bem-estar do grupo se transformam em *costumes*. A expressão *etnocentrismo*, tendência de um grupo se considerar o centro de tudo e analisar outros grupos ou indivíduos usando como referência a si mesmos, foi cunhada por William Sumner.

A cidade grande era considerada um laboratório ou uma clínica de observação, onde os estudos empreendidos sobre o cotidiano dos imigrantes apontavam para a permissão de impulsos e características inatas reprimidas em pequenas cidades ou povoados de origem destes imigrantes. A civilização impõe a repressão destes impulsos como uma forma de controle social, para disciplinar os indivíduos e manter o bem-estar de todos. Grande parte da população permanece reprimida, mas há quem encontre uma forma de expressar seus instintos reprimidos por meio de mecanismo substituto, que não represente má conduta. Alguns exemplos desta expressão *simbólica*, termo utilizado por Robert Park, são a canalização dos instintos para a prática de esportes, expressão pela arte ou diversão e lazer.

Dentro da dinâmica da cidade, os indivíduos que buscam pelos mesmos interesses determinadas formas de expressão dos impulsos inatos reprimidos, não raro frequentam os mesmos espaços, ou *pedaços* na cidade (MAGNANI, 1984). Estes espaços de identificação, de

encontros ou reuniões onde prevalece um mesmo código moral, são denominados por Robert Park como *regiões morais*.

Os imigrantes sulamericanos que vivem no Brasil apresentam algumas *regiões morais* bastante conhecidas, como a feira da Praça Kantuta, a Rua Coimbra localizada no bairro do Brás, local de encontro aos sábados, Igreja da Paz (Glicério) e a Pastoral dos Imigrantes, ambas no mesmo local, e a Casa do Migrante, um albergue que promove o atendimento aos imigrantes de várias nacionalidades, principalmente africanos e latino-americanos, além de migrantes de outros estados do país. Os locais já reconhecidos pela grande presença de imigrantes sulamericanos são os bairros do Brás, Bom Retiro e Pari. Mas segundo pesquisas (Silva, 2006) não há uma regularidade na disposição dos novos movimentos migratórios, muito comum no passado, como por exemplo, o bairro da Liberdade habitado por muitos imigrantes japoneses e o bairro Bexiga ocupado por imigrantes italianos.

O estudo elaborado por Silva (2006) aponta um fluxo contínuo migratório desde os anos 50 do século XX, com um programa de cooperação entre países, como Bolívia e Brasil, e por meio deste programa eram recebidos estudantes de média a alta qualificação. Mas a partir da década de 70 o perfil de migrante passou a apresentar baixa qualificação. Os números do Ministério Público apontam que são cerca de 200 mil bolivianos, esses dados não consideram os imigrantes de outras nacionalidades, já a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo aponta um registro de 340 mil bolivianos no Brasil em setembro de 2011. Estima-se que dentro dessa população que chega a cidade de São Paulo, as mulheres imigrantes representam aproximadamente 44% do total. Não há dúvida que a maior incidência de imigrantes sulamericanos é de origem boliviana, apesar de haver outros grupos de imigrantes de expressiva incidência de origem paraguaia e peruana. Mas diante dos dados apresentados acima, é possível perceber que não há registro unificado do ingresso de imigrantes sulamericanos e deflagra a inconsistência da real quantidade e amplitude dessa população.

Recentemente, tem havido esforços pontuais do poder público para fomentar a inserção dos imigrantes por meio de ações assistenciais. No dia 25 de setembro de 2011 ocorreu um evento na região do Brás, que foi noticiado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 01 de outubro com o título “Festa em defesa da cidadania: evento realizado no Brás oferece à população boliviana serviços de saúde, educação, lazer e incentivo para se integrar à vida em São Paulo”. O evento foi promovido pelo Foro Regional IV, da Penha de França, pelo juiz Paulo Fadigas da Vara da Infância e da Juventude, com a colaboração da Secretaria da Educação, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do Ministério do Trabalho, Tribunal de Justiça, Comissão dos Direitos Humanos e outras instituições.

No âmbito escolar existe a preocupação com a discriminação sofrida por crianças que não conhecem o idioma português. Um grupo de docentes elaborou um programa para ajudar a

familiarização com o idioma, com a colaboração de alunos mais habituados como a pronúncia. Na Escola Estadual Domingos Faustino Sarmiento, a Secretaria da Educação detectou que 97% dos estudantes matriculados são bolivianos e verificou que os pais das crianças desconheciam seus direitos.

Os imigrantes sulamericanos que estão a mais tempo residindo na cidade de São Paulo já possuem organizações comunitárias para lidar com as adversidades apresentadas num país estrangeiro. Assim, a chamada Integração Boliviana foi idealizada para promover o acolhimento e integração dos imigrantes a partir dessa grande demanda. Geralmente, os espaços de apoio estão relacionados à área da saúde e atendem a população imigrante. A Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bom Retiro realiza o atendimento especial para a população imigrante sulamericana. Devido a sua localização, o número total de cadastro de pacientes chega a 16.000, sendo 4.000 imigrantes sulamericanos.

Os direitos de imigrantes em países estrangeiros são bastante frágeis. Ao encontro do exposto anteriormente, existe um esforço dos países do MERCOSUL em garantir e oferecer o acesso aos direitos humanos. É o caso do Acordo sobre Residência, firmado desde novembro de 2009 entre os países: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Equador e Peru. Tal acordo prevê a possibilidade de requerer visto em país distinto de sua origem ou residência, e são assegurados os direitos à saúde, educação e trabalho. Izaura Miranda, diretora do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, diz que “Com a vigência desse Acordo não há necessidade de bolivianos entrarem no Brasil de forma irregular e tampouco serem vítimas do tráfico de migrantes”. O comentário realizado durante a XI Conferência Sulamericana sobre Migrações, evento realizado no Ministério das Relações Exteriores de 19 a 21 de outubro de 2011, marca uma postura aberta a negociações para manter a vinda de imigrantes sulamericanos ao Brasil e continuar aquecendo o mercado de produção de itens com baixo custo.

As Faces da Pesquisa: elementos metodológicos da investigação em psicologia Política

A investigação das relações de gênero, do trabalho e do lazer são um campo que pede de quem pesquisa uma atuação interdisciplinar, uma abertura para elementos que se encontram em uma encruzilhada. Por esse motivo buscamos na Psicologia Política os elementos necessários para a concretização dessa investigação. Teoria e métodos foram buscados nesse campo descrito por Montero e Dorna (1993) como sendo uma ‘encruzilhada’ que nos possibilita encontros que nos auxiliam na compreensão de um objeto tão denso e complexo: as vidas de mulheres imigrantes ilegais. Nessa pespectiva, buscamos empreender uma leitura crítica com base no que propõe Ignacio Matín-Baró (2013ab).

Nessa pesquisa, desenvolvida entre os meses de novembro de 2009 e novembro de 2011, buscamos conhecer distintas faces da vida dessas mulheres, seu cotidiano, as produções sobre

peessoas imigrantes, sobre trabalho ilegal e, como não poderia deixar de ser, sobre o lazer possível nesse contexto de ilegalidade em uma terra estrangeira. Para tanto, as etapas de trabalho desta pesquisa foram dispostas de modo a contemplar do mais adequado os objetivos a que nos propusemos. Assim, realizamos uma investigação de caráter exploratório, visto que não encontramos pesquisas nesse campo dedicadas a condição da mulher imigrante em situação de ilegalidade e de como elas vivenciam cotidianamente as dimensões do trabalho e do lazer. Sem aprofundarmos o debate sobre a epistemologia do método, pontuamos aqui que vemos esse trabalho como uma investigação que se alinha ao conjunto das pesquisas cujo método é de corte Indutivo-Empírico, pois a pesquisa parte de generalizações parciais e a constante interação entre os dados. Elementos teóricos são a base para a compreensão das dinâmicas microsociológicas que ordenam a vida cotidiana (Heller, 2001) de nossas mulheres. Neste sentido, as generalizações das questões de gênero, trabalho, lazer e imigração forneceram subsídios para o conhecimento e compreensão da situação na qual mulheres imigrantes ilegais estão envolvidas.

Além da revisão bibliográfica acerca dos conceitos de gênero, trabalho e lazer e dos trabalhos sobre imigração e ilegalidade das populações sul-americanas utilizamos a análise de discurso para analisar 12 entrevistas com mulheres boliviana e peruanas entrevistadas na praça da Kantuta, São Paulo, Brasil

Alvarez-Gayou sugere que:

[...] las categorías y sus propiedades deben presentar dos elementos esenciales: tienen que ser analíticas, es decir designar entidades y no solo características, y deben ser sensibilizadoras, es decir, proporcionar al lector la posibilidad de ver y escuchar vividamente a las personas estudiadas. (apud COSTA, 2009, p. 90)

O problema proposto se materializa devido à necessidade de grande produção de bens, como é o caso das mulheres sulamericanas, que, não raro, imigram para trabalhar em confecções de roupas, sendo o trabalho ilegal e informal consequência do mecanismo de produção, e, deste modo, a pesquisa é classificada como exploratória do fenômeno da imigração, trabalho e lazer (DENCKER, 1998).

A documentação direta proporcionou a coleta de dados em pesquisas de campo exploratórias, com observação assistemática do meio visitado, e por meio de entrevistas focalizadas ou semi-estruturadas que proporcionem maior profundidade segundo os princípios da pesquisa qualitativa em psicologia social (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Ao longo do processo investigativo, as perguntas averiguadas foram se haveria possibilidades em praticar o lazer no cotidiano das mulheres sulamericanas imigrantes ilegais na cidade de São Paulo, ou se essas práticas somente ocorreriam no encontro com os pares em locais de sociabilidade e por meio de atividades relacionadas à Memória coletiva e a identidade

nacional (Ansara, 2008; Santos, 2013) celebradas em dias estabelecidos. Esta hipótese possui as variáveis dependente e independente, as quais são: a primeira é a falta de acesso ao lazer, a segunda é a jornada de trabalho. Deste modo, o objetivo geral foi investigar quais as condições de trabalho e lazer possíveis para mulheres sulamericanas trabalhando ilegalmente na cidade de São Paulo em condições limites ou mesmo degradantes.

A proposição deste estudo se tornou factível cumprindo com os objetivos específicos, e tais são: na primeira etapa da pesquisa foi elaborado um levantamento e análise de publicações, de documentação indireta, acerca das temáticas de lazer, trabalho, gênero e imigração, com o objetivo de estabelecer parâmetros teóricos a partir das análises realizadas dos conteúdos abordados na literatura no cenário da economia globalizada e do lazer na sociedade urbanizada e complexa. Este período da pesquisa permitiu o embasamento conceitual para a verificação e aplicação na etapa da pesquisa de campo. No segundo momento, foram realizadas visitas aos espaços de concentração de imigrantes sulamericanos na cidade de São Paulo, com o intuito de coletar dados diretos.

Visou-se estabelecer como concebem as relações de gênero no âmbito familiar e de trabalho, suas concepções sobre o lazer, e como lidam com o tempo de trabalho e o tempo livre. Por meio deste contato mais próximo com o cotidiano dessas mulheres, foi possível verificar se há ações do Estado para atender essa população e coibir a exploração no âmbito do trabalho.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi a cidade de São Paulo, um local reconhecido por receber e abrigar pessoas vindas de diversos estados e países. A região metropolitana, ou grande São Paulo, recebe a maioria dos imigrantes que chegam ao Estado. Atualmente, de modo geral, as nacionalidades que imigram com maior frequência são: os africanos, os chineses, os coreanos, e sulamericanos, e entre estes últimos, principalmente, os bolivianos e peruanos. Devido à grande irregularidade para instalação dos imigrantes em um único bairro, optamos por visitarmos um local de concentração e sociabilidade do grupo, a feira Kantuta, no bairro do Canindé, que ocorre aos domingos e atrai um público de até 5.000 pessoas por dia. Após percorrer este espaço de sociabilidade entre imigrantes sulamericanos, foram analisados os dados obtidos visando estudar as características comuns do grupo de mulheres imigrantes, seus costumes e atividades de lazer e trabalho, observando os indicadores do cotidiano estudado, estabelecendo uma relação pertinente aos aspectos da pesquisa.

A interpretação dos fenômenos observados se deu por meio da análise do histórico do grupo entrevistado, com suas relações sociais, a relação com a superestrutura política e jurídica.

O universo estudado corresponde às mulheres imigrantes em condição ilegal advindas de países sulamericanos para cidade de São Paulo. Dentro deste universo trabalhamos com a amostra não probabilística por acessibilidade (GIL, 1999). A escolha deste tipo de amostra se justifica pelo tipo de público entrevistado, por serem caracterizadas como imigrantes ilegais no

país, muitas mulheres não consentiriam a coleta dos dados por receio de serem prejudicadas neste processo, assim a abordagem previa a participação em momento único e não muito extenso. O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário que contém perguntas abertas. Foram realizadas 12 entrevistas com mulheres sulamericanas, entre 17 a 30 anos, e todas eram trabalhadoras em oficinas de costura, e frequentadoras da Praça Kantuta, um local com elementos tipicamente bolivianos na região do Canindé, na cidade de São Paulo. O local das entrevistas foi delimitado pela grande concentração de imigrantes sulamericanos aos domingos, que são atraídos por uma feira, em que se comercializam produtos de origem boliviana, as tendas vendem alimentos típicos e a sonoridade das canções de grupos musicais andinos dá ao local a ambientação necessária para tentar suprimir a ausência dos elementos familiares. Ainda há uma tenda de uma companhia boliviana de transporte aéreo privado que vende passagens para o trecho Bolívia – Brasil.

Em princípio, as mulheres foram abordadas pela pesquisadora na língua espanhola para facilitar a comunicação, foi dito que estava sendo realizado um estudo sobre a vida das imigrantes no Brasil, e se elas gostariam de participar respondendo a algumas perguntas. As mulheres, de modo geral, aceitaram e responderam a 40 questões, e cada entrevista durou, em média, de 15 a 20 minutos.

Histórias de Mulheres: entendendo nossas entrevistadas

O recurso utilizado foi um gravador e um pequeno diário no qual anotávamos, logo após as entrevistas, nossas percepções da mesma e do comportamento das entrevistadas durante nosso encontro. Foi por meio da análise das respostas dessas mulheres que estabelecemos algumas condutas representativas das imigrantes sulamericanas que chegam à cidade de São Paulo.

Cotidiano e história das vidas de mulheres imigrantes sulamericanas

A primeira entrevistada foi Sônia, 30 anos, de origem boliviana, vivia na província de Santa Cruz, de origem étnica Quéchuas, que somente fala língua espanhola e quéchua. É a segunda vez que vem ao Brasil para trabalhar. A primeira experiência ocorreu há dez anos atrás, quando necessitava de recursos para criar sua filha, que na época tinha dois anos de idade. Tal experiência foi satisfatória a ponto de, novamente, voltar ao trabalho ilegal, quando surge a necessidade financeira. Vir ao Brasil para trabalhar se torna uma oportunidade e uma alternativa à falta de perspectiva. Sônia não é casada, mas tem seu companheiro que está na Bolívia junto a sua filha, que atualmente tem 12 anos. Vivia em um pequeno povoado, na zona rural, e seu companheiro possui uma profissão na Bolívia. Como Sônia não tem profissão, costumava trabalhar como vendedora de pequenos comércios locais ou cuidava de animais.

A entrevistada enfatiza a diferença entre o local onde vivia e onde vive atualmente, a quantidade de pessoas de uma cidade grande, sua relação com a vizinhança de onde vivia na Bolívia e a falta de interação com brasileiros.

No Brasil, Sônia vive no mesmo local de trabalho, no Jardim Brasil localizado na Zona Norte de São Paulo, com outros bolivianos há sete meses. Na Bolívia não pagam muito pelo trabalho, e está tentando obter sua documentação para ficar no Brasil por mais tempo. Seu objetivo é construir a sua casa na Bolívia e voltar ao país de origem.

A rotina de trabalho é de segunda a sexta feira, das 8h00 às 12h00, tem duas horas de intervalo, recomeça às 14h00 até 22h00, aos sábados o expediente inicia às 8h00 até 12h00, totalizando 64 horas semanais. Segundo Sônia, o ambiente de trabalho não é ruim, a entrevistada soube de oficinas em que os patrões maltratam aos funcionários. Mas isso não ocorre no local onde trabalha. Não se sente explorada. No ambiente de trabalho recebe alimentação e alega não sentir falta de nada. O trabalho doméstico de organização do ambiente de trabalho, como a limpeza e a preparação dos alimentos, não faz parte da sua rotina. Há um funcionário responsável por executar essas atividades. Mas na Bolívia costuma realizar os trabalhos domésticos.

Quando perguntamos sobre o que é Lazer, ou *Ocio*, Sônia não compreende a palavra. Na língua espanhola a palavra *ocio* é traduzida como lazer, foi explicado o que significava, e então declarou que não vai a Praça para divertir-se e sim para trabalhar. Aos domingos, seu único dia inteiro de folga não descansa, vai trabalhar em barracas de comidas para ganhar um pouco mais de dinheiro. Recebe cerca de R\$ 20,00 até R\$ 30,00 reais por dia trabalhado e é vantajoso, pois tem o que comer neste dia. Na Bolívia tinha tempo para divertir-se, no Brasil se sente muito sozinha, não conhece outros imigrantes para passear e por não saber se localizar prefere não se arriscar a sair sozinha.

Sônia concluiu os estudos na Bolívia e tem vontade de fazer outros cursos. Nunca utilizou o serviço público de saúde no Brasil, diz que ainda não necessitou. Não cuida da beleza, se considera uma pessoa *sencilla*, simples. E também nunca sofreu nenhum preconceito por ser boliviana.

Na opinião de Sônia a situação da mulher na Bolívia depende de cada condição, se está sozinha ou tem marido, se a mulher tem ou não alguma profissão, compara ao mesmo comportamento no Brasil.

Quando perguntamos sobre a condição das mulheres bolivianas no Brasil, Sônia demonstra grande preocupação: *“pienso que están siempre trabajando, estamos num país ajeno, escuchamos tanta cosa en la tele, que assaltan, es mas peligroso. En Bolívia es más tranquilo, donde yo vivo estoy al aire libre, no hay estas paredes encerradas, acá yo salgo y siempre estoy con la mente, mirando al redor de mi, uno no camina tranquilo”*.

A mulher brasileira, em sua opinião, é mais *despierta* e *arreglada*, as bolivianas são mais *sencillas*. Quando perguntamos o que quiz dizer com mais *despiertas*, Sônia explica que as mulheres brasileiras iniciam sua vida sexual muito cedo, as jovens namoram muito mais cedo se comparadas às jovens bolivianas que têm mais tempo de infância. As brasileiras são mais preocupadas com a beleza, e gostaria de ser como as brasileiras “*tienen un buen cuerpo, las bolivianas son gorditas.*”

Se sente bem em estar no Brasil, mas “*si mi marido e mi hija estuviesen acá estaría mas tranquila*” e por isso tenta se manter ocupada todo o tempo, voltada ao seu objetivo de guardar dinheiro, pois se permanece algum tempo sem atividades acaba pensando na família.

Sônia diz que viver no Brasil não influenciou ou mudou nada em sua maneira de agir, pensar ou viver. É possível atribuir esta sensação descrita pela entrevistada como a falta de interação com o local de trabalho. De modo geral, os imigrantes pouco interagem com a cidade onde estão por sua própria condição de ilegalidade. Devido à falta de interação Sônia não sabe muito sobre o governo brasileiro, diz que não assiste à televisão e prefere não opinar.

A polícia sempre está presente em seu cotidiano. Nunca a abordaram ou chamaram a atenção, mas quando a encontra nas ruas se preocupa por não ter os documentos.

Sônia pretende voltar para a Bolívia, e revelou ter vontade de iniciar um pequeno comércio de pastéis, pois não há este tipo de alimento no país e acredita que fará sucesso. Ela se recorda de outros casos que obtiveram sucesso de imigrantes que voltaram para a Bolívia e iniciaram seu próprio negócio, como pequenos empreendedores. Um exemplo disso são os que compraram seus táxis e atualmente possuem uma rede de transportes.

A segunda entrevistada, Eliana, 17 anos, é de origem boliviana, da cidade de Cochabamba, de etnia quéchua, fala a língua espanhola e portuguesa. É solteira e não tem filhos. Atualmente, vive no Jardim Brasil, no mesmo local de trabalho que Sônia e está há sete meses no país. Optou em vir ao Brasil porque já possuía um irmão vivendo e trabalhando no país e gostaria de conhecer as famosas praias brasileiras. Está tentando obter as documentações para ficar no país.

O ambiente de trabalho em sua opinião é bom, os patrões são bolivianos. Eliana já ouviu notícias de oficinas que maltratam, mas afirma que não conhece ninguém que tenha passado por essa situação. O regime de trabalho é de 70 horas semanais. Aos domingos vai à feira para tomar “*un poquito aire*” e também trabalhar em uma barraca de comidas típicas bolivianas, assim como Sônia, para conseguir mais dinheiro. É a única imigrante que diz trabalhar para receber salário mensal e não por peça de roupa feita, recebe R\$ 500 reais, e envia cerca de R\$ 200 reais para a Bolívia para ajudar aos irmãos mais novos. Não realiza os trabalhos domésticos no Brasil, há uma pessoa responsável pela organização do ambiente de trabalho. Na Bolívia somente ajudava a mãe em pequenas tarefas de casa, pois já trabalhava em uma sorveteria chamada Globo.

Quando tratamos sobre o lazer, Eliana desconhece a palavra *ocio* e diz não ter tempo livre para dançar, para divertir-se. Ela revela o desejo de sair para dançar ao menos uma vez no Brasil e tem vontade de ir à praia com os amigos feitos no trabalho. Seu tempo livre na Bolívia se resumia a estudar, e somente cursou até o terceiro ano do ensino médio e deixou os estudos antes de terminar o quarto e último ano. Eliana pretende voltar a estudar quando retornar a Bolívia.

Eliana nunca utilizou nenhum serviço público no Brasil. Não sente necessidade de ter cuidados com a estética. Ao falarmos sobre a vida da mulher na Bolívia, Eliana a considera boa e acrescenta que depende da *pareja*, do companheiro com quem se relaciona para ter ou não uma boa condição. Considera importante que o casal trabalhe para não haver desentendimentos. E no Brasil, a condição da mulher boliviana é sempre como trabalhadora.

As brasileiras são admiradas por sua beleza física, mas Eliana pensa que há muitas mulheres que “*les gustan pelear e son muy alteradas*” e isso considera um aspecto muito negativo. Esta fala demonstra a opinião acerca das mulheres que são questionadoras, que lutam por algo que acreditam ser o correto, são consideradas inconvenientes pela entrevistada. Isto pode indicar uma relação de submissão em que tudo deve ser aceito sem questionamentos.

Para ela, viver no Brasil não mudou nada em sua vida. Não sabe sobre o governo brasileiro e considera São Paulo um lugar muito perigoso para se viver, pois há muitos policiais nas ruas, e muitos ladrões também. Diferente da Bolívia, que considera um local mais tranquilo.

Eliana pretendia voltar para a Bolívia em novembro de 2012, porém, no início do relato disse que procurou obter as documentações para ficar no Brasil. Há incoerência neste ponto da entrevista. A interpretação desta incoerência pode ser orientada em dois sentidos: ela não estava buscando obter a documentação, mas fez essa afirmação por temer que fosse denunciada, ou ela não tinha real intenção de sair do país no mês mencionado.

A terceira entrevistada foi Sílvia, 24 anos, vivia em La Paz, Bolívia, da etnia aymara. Vive em Guarulhos há dois anos, é solteira, não tem filhos e já possui documentação para permanecer no Brasil. O regime de trabalho é de 64 horas semanais e o dono da oficina é boliviano. Vive no mesmo ambiente de trabalho e colabora com o trabalho doméstico fazendo a comida. Pensa que somente as mulheres devem exercer tais atividades. Às vezes sai com outros bolivianos para se divertir. Estudou até o quarto médio e finalizou os estudos, afirma ter vontade de estudar no Brasil, mas não há tempo. Já utilizou o serviço de saúde e afirma que a receberam bem. Não costuma ter preocupação com a estética. Na Bolívia, segundo Sílvia, a mulher pode fazer tudo, como lavar roupa, cuidar dos filhos e da casa enquanto o homem trabalha fora. No Brasil as bolivianas somente trabalham com costura. Quando perguntamos o que a mulher brasileira tem ou é e que gostariam de ter ou ser, respondeu “*no puedo decir*” e logo sorriu. Se sente bem em viver no Brasil e pensa não ter havido nenhuma modificação em sua vida. As respostas sobre o governo e

a polícia brasileira foram: “*bien, no mas*”. Pensa em voltar em breve à Bolívia e não mais voltar ao Brasil.

A quarta entrevistada foi Martina, 23 anos, é prima de Sílvia, também veio de La Paz e origem étnica aymara. Está há dois anos no Brasil e vive em Guarulhos. É solteira e não tem filhos. Suas respostas foram idênticas as da prima Sílvia e apresentou a mesma conduta desconfiada como a prima, respondendo de forma extremamente direta as perguntas feitas.

A quinta entrevistada foi Beatriz, 23 anos, é peruana. É solteira e não tem filhos. Fala somente a língua espanhola. Vive na Rua Oriente no Brás, junto com outros seis peruanos há sete meses. No Peru, realizou um curso de Corte e Confecção por três anos, assim optou por vir ao Brasil para pôr em prática o que aprendeu neste curso. Não possui a documentação, mas pretende obtê-las em breve. O regime de trabalho é de 70 horas semanais, e ganha o “*destarro*”. Portanto, significa que recebe de acordo com a produção de calças leg. Os donos da oficina são um casal de jovens, que também vieram ao Brasil, inicialmente para trabalhar ilegalmente até conseguirem montar sua própria oficina. A dona da oficina faz os trabalhos domésticos, mas todos ajudam como podem para manter organizado o ambiente de trabalho. Neste sentido, a função de manutenção do ambiente também é realizada pela mulher, mesmo sendo a dona do estabelecimento. Ao marido cabe realizar os negócios.

Ao perguntarmos sobre o que compreende por Ócio (Ángel, 2001), não entende essa palavra e após a explicação Beatriz considera que o tempo livre significa “*descanso, desestressar, porque me estresso mucho en estar allí de lunes a sábado encerrada en ese lugar, cuando llega el domingo oficialmente para mi es libre, me siento libre, me voy a todo lugar, me salgo a comprar cosas, hacer muchas cosas, ahora el centro, por ejemplo no está abierto para comprar, entonces vengo acá, y entre todos que trabajamos allí ya salimos*”. No Peru tinha mais amigos e podia sair mais, pois acredita ser menos perigoso que São Paulo, “*yo lo siento más peligroso salir en acá que allá. En Peru no hay muchas personas que duermen en las calles, acá en todo lugar, y nos da miedo, no queremos salir solas, las mujercitas no. Todavía no conosco muy bien São Paulo*”.

No Peru o comércio fica aberto até as 21h00, então costumava permanecer até tarde nas ruas, mas em São Paulo o comércio fecha às 14h00 ou 17h00 no sábado, no Peru a liberdade é considerada mais confiável. Aos domingos costuma ir aos locais onde há internet, para conversar *on line* com os amigos que ficaram no Peru e as vezes vai a parques de São Paulo ou mesmo conhecer outros pontos turísticos da cidade. Mas um ponto certo que frequenta é a Praça Kantuta.

No Peru realizou um curso de seis meses em “*Cosmetologia*”, assim ela mesma costuma cuidar de sua beleza, corta seu próprio cabelo e de suas colegas de trabalho. Apresenta dificuldades em se adaptar a comida, como o feijão, ela sofre de “*estrenimiento, es cuando no pueden hacer sus pufis*”, então tem problemas no intestino e recebe algumas pílulas enviadas do

Peru. Ainda não foi a um Centro de Saúde e tem vontade de ir, mas o medo de que não a compreendam a impede, além de não possuir tempo para fazê-lo.

Quando perguntamos sobre a situação de mulher em Peru, Beatriz analisa:

“La situación de la mujer es, no es muy bien, aun son maltratadas por los hombres, les pegan, les engañan con otras mujeres, yo creo que esto pasa en todo lugar, igual a Peru se sigue habiendo eso, sigue esos problemas. Hay parejas que se les van bien, pero mayormente no les va. Como se dice, sigue el machismo. Las mujeres no son tan vistas tan buenas también no, si son trabajadoras está bien, siempre el hombre ahí está para tenga un alto a una mujer, no puedan subir más. El hombre manda, el hombre tiene que hacer eso y el hombre. Y el hombre, sigue habiendo esto allá en Peru”.

E quanto ao Brasil a entrevistada apresenta uma visão positiva e afirma que: *“según lo que he escuchado, me parece que acá la mujer es primero, no primero el hijo, segun es la mamá, el tercero viene los demás. Me parece que acá la mujer le valoran mejor que allá en Peru. Por ejemplo, el hospital y maternidad es gratuito para dar a luz, más allá en Peru no. No te atienden hasta que no paguen. Acá valoran mas a una mujer que allá en Peru.”* Quanto as mulheres brasileiras Beatriz afirma que

“me han dicho que las mujeres acá son bien bonitas, de buen cuerpo, sus caritas finitas. En Peru las mujeres no son así. Pero lo de adentro, me han dicho que son enteresadas, les gustan la plata. Pero todavia no he tratado, solo he escuchado”. O comportamento e a vestimenta feminina a incomodam: “Hay algo que no me gusta la manera de vestir, es el mismo clima allá, las veo sin nada de ropa, muestran mucho el cuerpo. Será mi costumbre que allá no es así. Ellas provocan a los hombres, se guian por la moda, todo que sale se compran. Y también toman mucho, no? Toman cerveza. En Peru no es bien vista una mujer esté tomando hacia alto. Tampoco no me gusta eso. Mas, si está bien que tomen todo, todo su limite, será que ya están acostumbradas también? Veo y me sorprendo.”

A experiência de estar no Brasil é tida como especial: *“quién no quisiera estar en Brasil? Yo me siento bien en estar en Brasil. Mis papás sienten orgullo de estar acá en Brasil. Solo yo estou acá en Brasil. Mis hermanos están allá. Me ha cambiado todo”*. Tal experiência a modificou: *“Me ayudou a madurar. Era mas aniñada. En el dinero también, en conocer amigos en todo me ha cambiado. Ya no soy la misma de antes. Para bien me ha cambiado.”*

Quanto ao governo brasileiro *“yo lo veo bien, lo que hacen por las personas ancianitas que no pagan pasaje para subir al carro, allá los carros son mas tiquitos que acá, siempre apretados, muy llenos, y todos les pagan igual. Acá el metro que les ayuda bastante”*.

Sua opinião sobre *“La policía me parece también bien, hasta horita no he necesitado, me parece que no ven bien a los niños inmigrantes, me parece que la policía no ayuda mucho a los inmigrantes, a lo mismo al brasileiro, mas no a un boliviano o peruano. No creo que los ayude mucho, pero también allá en Peru pasaria lo mismo. Pero yo creo que es mejor en allá que acá, valoran mas a un turista que a un propio de allá”*.

Quando abordamos a questão da documentação, Beatriz afirma que: *“A mi me preocupa, me han dicho que Peru todavía necessita firmar un convenio algo asi, para que podamos sacar un papel para estar legalmente en Brasil, me han dicho que me case con un brasileiro o tener un hijo acá para estar documentada, pero quiero averiguar todo eso, pero sí me preocupa bastante”*.

Quanto a voltar ao país de origem: *“Pienso me volver en enero a Peru, y también quisá regreso, segun como está allá en Peru. Si está todo bien, me quedo allá, si no, me regreso acá.”*

Ao final da entrevista, Beatriz revela que durante os sete meses no Brasil nunca havia falado com nenhuma brasileira. Esta última fala de Beatriz representa o elevado grau de isolamento social, em que durante sete meses de residência no país nunca havia conversado com nenhum brasileiro/a.. Ainda assim, a conversa foi realizada em língua espanhola. Podemos afirmar que o intercâmbio cultural fica empobrecido e em consequência a vivência em outro país também.

A sexta entrevistada foi Paula, 22 anos, é peruana e acompanhava Beatriz, ambas trabalham e vivem na mesma oficina. Fala a língua espanhola. É solteira e não tem filhos. Está há sete meses no Brasil e optou por vir trabalhar após receber uma proposta de uma amiga, que apresentou algumas vantagens, como o valor do *destarro* ser maior do que receberia trabalhando no Peru. Também não possui documentação. O regime de trabalho é de 70 horas semanais. O trabalho doméstico é secundário, auxilia quando possível a responsável por manter o ambiente limpo, que é a dona da oficina. Quando perguntamos sobre o tempo de ócio, também não compreende o significado da palavra e após a explicação revela que no Peru possuía mais tempo para divertir-se, mais liberdade para sair e encontrar amigos, ir a uma *heladeria*. Mas em sua nova condição no Brasil, em que deve permanecer muito tempo no mesmo local, sem ver a movimentação das ruas, a deixa muito triste e deprimida. Por isso costuma utilizar seu único dia de folga para *“olvidar de mi trabajo”*. Ao mesmo tempo, se conforta com o fato estar atingindo seu objetivo de *“ganar unas platas”*. Aos domingos costuma sair para passear, ir a parques, conhecer lugares diferentes em São Paulo. Também tem o hábito de utilizar a *internet* para se comunicar com os familiares e amigos que estão no Peru, e frequenta a Praça Kantuta.

Paula concluiu os estudos no Peru e realizou um curso técnico em *Cosmetología*, então conhece técnicas para cuidar da estética e ajuda aos colegas de trabalho a se manterem *arreglados*, com os cabelos cortados. E até agora não precisou utilizar nenhum serviço público de saúde no Brasil.

A situação da mulher no Peru, segundo Paula, está melhor que há alguns anos atrás, mas ainda necessitam de mais “*que la voz sea escuchada*”. E no Brasil percebe que a relação entre homens e mulheres é diferente do Peru, “*acá las mujeres parecen hacer mas cosas, parecen mas activas*”.

Viver no Brasil é como a realização de um sonho de conhecer outro país. Sempre pensou que sairia do Peru. Gosta da sensação de ser estrangeira e conhecer lugares novos. Não entende muito sobre o governo brasileiro, mas aponta as diferenças entre os países, em que no Peru as pessoas com menor poder aquisitivo não tem acesso à saúde pública, assim como comentou Beatriz. A polícia nunca a abordou e não sabe o que diria caso acontecesse, pois também não possui documentação. Paula pretende voltar ao Peru quando tiver conseguido poupar os recursos financeiros necessários para iniciar um pequeno comércio no país.

A sétima entrevistada foi Marisa, 19 anos, veio da província Loayza, Bolívia, pertence à etnia aymara. Fala a língua espanhola e o dialeto aymara. Vive em Guarulhos há seis meses, com outros bolivianos de diferentes províncias, é solteira e não tem filhos. Saiu da Bolívia com a intenção de ganhar um pouco mais, já que em seu país não há trabalho. Não tem documentação. Trabalha em uma oficina de costura cujos donos são bolivianos e o regime de trabalho é de 64 horas semanais. Como vivem no ambiente de trabalho, diz que “*es un poco bueno, es un poco malo. No siempre bien. Normal. A veces nos aburrimos, a veces pensamos en salir e volver a Bolívia*”. Costuma ajudar nos trabalhos domésticos, como cozinhar e limpar o ambiente coletivo.

Quando perguntamos sobre o tempo livre somente relata que estudava, e ajudava o pai a cuidar dos animais. E no Brasil costuma sair “*a jugar pelota*” com outras mulheres. Não finalizou os estudos, parou de ir à escola no segundo ano do ensino médio.

Relatou que já sofreu um tipo de agressão verbal na rua de outros jovens imigrantes bolivianos da etnia quéchua. Em dialeto quéchua diziam “*besa-me mi trasero*”, no momento não compreendeu a agressão por não falar este dialeto, então, perguntou a um amigo quechuista e soube o que haviam dito.

A vida da mulher na Bolívia é boa, diferente da vida da mulher boliviana no Brasil, Marisa enfatiza que o fato de não saber a língua portuguesa a faz se sentir isolada, pensa que conseguirá se relacionar melhor com o país quando puder entender o idioma. Por isso não acha que tenha mudado nada em sua vida a experiência de trabalho no Brasil e quando percebe a presença da polícia fica com medo. Costuma pensar: “*Como voy a salir a Bolívia?*” E se recorda da viagem de vinda, que foi muito dura e cansativa, com duração de uma semana, pois ingressou

no país pelo Paraguai. Já possuía um tio no país, o que facilitou a inserção no mercado de trabalho ilegal. No instante em que perguntamos se pretende voltar à Bolívia, Marisa avista um rapaz, aparentemente imigrante também e de acordo com a sua reação demonstrou estar envolvida amorosamente, foi necessário terminar a entrevista para que pudesse falar com ele. Assim, o espaço de socialização dos imigrantes também é local de aproximação entre casais, que se conhecem e iniciam uma relação amorosa.

A oitava entrevistada foi Ana, 18 anos, é irmã de Marisa, acompanhava as irmãs no passeio dominical. Veio da província Loayza, pertence à etnia aymara. Fala a língua espanhola e o dialeto aymara. Vive em Guarulhos há seis meses. Vive junto à irmã e com outros bolivianos de diferentes províncias, é solteira e não tem filhos. Não terminou os estudos na Bolívia também, saiu faltando dois anos para concluir. Possui a mesma rotina da irmã, trabalha 64 horas por semana, aos domingos sai para jogar futebol ou quando tem disposição vão até a Praça Kantuta, pois não é próximo de Guarulhos. Quando perguntamos se tinha algum cuidado com a beleza, respondeu que não, mas, Ana e Marisa possuíam um adorno dourado em formato de coração em todos os dentes, como se fosse uma espécie de moldura fixa nos dentes. E, aparentemente, era um adorno para favorecer a estética.

O fato de não saber falar o idioma português também a incomoda muito, não consegue se comunicar, “*cuando tratamos de entender bien, podremos conversar algo que se puede entender*”.

A nona entrevistada foi Adélia, 26 anos, irmã de Marisa e Ana, possui um filho de um ano, veio ao Brasil com o marido para conseguir mais recursos financeiros para sustentar sua família. É a única entrevistada que se declara casada e acompanha o marido. Veio da província Loayza, pertence à etnia aymara. Fala a língua espanhola e o dialeto aymara. Vive em Guarulhos há seis meses e trabalha na mesma oficina de costura com as irmãs Ana e Marisa. Chegar ao Brasil com uma criança de pouco mais de um ano de idade foi um grande desafio, considerando que para imigrar ao país foi necessário ingressar via Paraguai e a viagem toda durou cerca de uma semana. Mas para ela e o marido vir ao Brasil representava uma oportunidade única, de acompanhar os demais familiares que viriam neste mesmo período e deixar para trás as dificuldades financeiras que enfrentavam no país de origem. A intenção de trabalhar ilegalmente é poder voltar em breve à Bolívia e construir uma casa onde possa criar seu filho, e quem sabe “*tener otros hijitos*”. Seu marido também trabalha na mesma oficina de costura. Ela não concluiu os estudos e tem grande preocupação com a saúde, pois seu bebê precisa de acompanhamento médico, permanece muito tempo no mesmo local e acaba aspirando muito pó dos tecidos que ficam na oficina, assim apresenta alguns problemas respiratórios. Mas não foi a nenhum Centro de Saúde no Brasil, já que não sabe o idioma e tem receio de que não irão entendê-la e atendê-la.

Adélia pensa que a vida da mulher na Bolívia é boa, lá tem menos preocupações, como por exemplo, com a segurança, pois vivia em um povoado muito pequeno na zona rural. No Brasil

estabelece pouco contato com as pessoas e prefere não opinar sobre o governo e a polícia brasileira. Gostaria de ter a documentação, mas pensa que voltará a Bolívia antes de conseguir “*sacar la documentación*”.

A décima entrevistada foi Célia, 21 anos, veio de La Paz, Bolívia, sua origem étnica é quéchua, fala somente o idioma espanhol e o quéchua. É solteira e não tem filhos. Trabalha e vive no Brás há seis meses e tem o objetivo de acumular recursos financeiros para ajudar a sua mãe que tem problemas de saúde. Não possui documentação. Trabalha no regime de 64 horas semanais e os donos da oficina são bolivianos. Os afazeres domésticos são realizados somente pela dona da oficina.

Quanto ao tempo de lazer, Célia revela que nunca pôde sair muito para se divertir, pois sua mãe sempre teve problemas de saúde e isso a impediu de realizar determinadas atividades em favor de cuidar da mãe. Atualmente, sua irmã mais nova assumiu seu papel de auxiliar a mãe e boa parte do dinheiro que recebe envia para comprar seus remédios.

Célia concluiu os estudos na Bolívia e não utilizou nenhum serviço público no país. Quanto à estética, não tem nenhuma preocupação e diz: “*eso es para quienes quieren quedarse enamoradas*”.

As mulheres na Bolívia têm seus papéis definidos e segundo Célia, cuidam da casa e poucas saem para trabalhar fora. E no Brasil percebe o mesmo, a única diferença é que já chegam ao país sabendo que terão de trabalhar o tempo todo dentro de um ambiente fechado e na Bolívia há mais tempo para descanso. Diferente da mulher brasileira, que para Célia, trabalham mais fora de casa.

O fato de ter vindo ao Brasil significa muito para Célia, pois em seu país de origem não tinha acesso a um trabalho que pagasse o valor que recebe no Brasil. Poder também finalmente ajudar no tratamento da mãe é um fato importante. Pensa que o governo brasileiro faz bem o seu trabalho, “*pues acá es mucho más desarrollado, vosotros tienen el metro y tren, y otras cosas más*”. Mas, não possui a mesma impressão positiva da polícia, pois já presenciou abordagem aos imigrantes e isso causou muito medo. Pensa em voltar à Bolívia, mas somente se houver alguma melhora com a mãe doente e que não seja necessário comprar os remédios.

A décima primeira entrevistada foi Clarita, 23 anos, veio de La Paz, sua origem étnica é quéchua, fala somente o idioma espanhol e o quéchua. É solteira e não tem filhos. É prima de Célia e a acompanha no trabalho na oficina de costura. Trabalha e vive no bairro do Brás há seis meses, no regime de 64 horas semanais e os donos da oficina são bolivianos. Os afazeres domésticos são realizados somente pela dona da oficina. Optou por imigrar ao Brasil por vislumbrar melhores oportunidades de receber mais dinheiro pelo trabalho prestado. Não possui documentação.

Quanto ao ócio, não reconhece esta palavra e comenta que na Bolívia se sentia mais livre para sair e se divertir, diferente do Brasil: “ *acá no me siento de ningun lugar, no conosco a casi nadie*”. Assim, no seu dia de folga costuma ir a Praça Kantuta para encontrar “ *personas iguales a mí*”.

Concluiu seus estudos na Bolívia e tem vontade de estudar algum outro curso de uma carreira técnica, mas isso faz parte dos planos futuros, quando voltar ao país de origem. Não utilizou nenhum serviço público no Brasil e não tem preocupações com a estética.

Clarita relata que percebe alguns olhares nas ruas, não pensa que isso é uma agressão ou forma de discriminação, mas não se sente bem com essa situação e por isso evita ir a lugares aonde não há presença de outros imigrantes.

A situação da mulher na Bolívia é igual ao Brasil, há quem fique em casa e há quem trabalhe fora de casa, dependerá da mulher, se tem ou não alguma profissão.

Para Clarita, a mulher brasileira é muito bela, a maioria tem um corpo bonito e gostaria de ter um corpo parecido. Clarita gosta de estar no Brasil, de ter saído de seu país em busca de algo melhor. Ela se sente uma mulher mais forte e corajosa. Tem acesso a poucas notícias sobre o governo brasileiro e diz que “ *no entiendo de las políticas*”. Já sobre a polícia, apresenta certo medo por não ter a documentação, pois presenciou a mesma cena de abordagem a imigrantes que Célia comentou.

Clarita pensa em voltar à Bolívia após ter condições de se manter financeiramente em seu país de origem e para isso pensa em iniciar um pequeno comércio.

A décima segunda e última entrevistada foi Cláudia, 25, é de Cochabamba, Bolívia, sua origem étnica é quíchua. Fala o idioma espanhol e o quíchua. É solteira e não tem filhos. Trabalha e vive no Bom Retiro com mais dez bolivianos, a cerca de sete meses no regime de 64 horas semanais. Os donos da oficina são bolivianos. Os afazeres domésticos são realizados somente pela dona da oficina. Ela não possui documentação. Cláudia comenta que já soube de casos de imigrantes que eram explorados ou maltratados, mas afirma não conhecer alguém nesta situação.

Quando perguntamos se conhecia a palavra ócio, mais uma vez, a entrevistada não identificou o significado e, então, após a explicação classifica seu lazer como um tempo para descanso, em que somente consegue recompor o corpo para aguentar novamente a semana que se inicia. Recorda-se que na Bolívia tinha mais tempo para desenvolver atividades físicas e gostava de caminhar. Aos domingos, Cláudia prefere descansar e somente no final da tarde, se está disposta, vai a Praça Kantuta.

Cláudia concluiu os estudos em seu país de origem, mas não tinha nenhuma profissão, então aprendeu a costurar com a mãe e decidiu ganhar mais costurando no Brasil. Nunca utilizou

nenhum serviço público e também não tem nenhum cuidado específico com a estética, se considera “*una persona sencilla*”.

A situação da mulher na Bolívia é classificada por Cláudia como normal, as mulheres têm seus empregos, seus afazeres em casa, assim como os homens também tem suas tarefas. As bolivianas no Brasil são somente as trabalhadoras, exclama.

Na opinião de Cláudia, as brasileiras são muito diferentes das bolivianas, tanto fisicamente, quanto o comportamento, e comenta sobre o modo ousado de se vestirem. E destaca que está bem como é, e não gostaria de parecer com uma brasileira. Cláudia revela que gostaria de viver no Brasil, pois parece um país muito bom para o povo, mas não acha que será fácil, por conta das documentações e porque sente falta da família que está na Bolívia. Assim, Cláudia pensa que o governo brasileiro tem ações positivas para o povo. E pensa o mesmo da polícia, “*ellos están para ayudar*”, mas prefere não ser abordada por nenhum policial, pois não saberia o que dizer, já que é imigrante ilegal no país.

Quadro referencial

| Faixa etária | Língua/etnia | Lazer | Regime de trabalho | Papel da mulher | Local da oficina de costura |
|---|--|--|---|---|--|
| 15 a 20 anos: Eliana Ana | Aymara: Sílvia (Português-fala pouco) Martina (Português-fala pouco) Marisa, Ana Adélia | Não sabe o que significa, mesmo depois da explicação: Marisa Ana Clarita | Sálario baseado na produção: Beatriz, Paula, Sônia, Célia, Sílvia, Clarita, Cláudia, Martina, Marisa, Ana, Adélia | Conversadora: Sônia Sílvia Martina Marisa Ana | Brás: Beatriz Paula Clarita Célia |
| 20 a 25 anos: Sílvia Martina Beatriz Paula Marisa Célia Clarita | Quéchua: Sônia Eliana (Português-fala pouco) Célia Clarita Cláudia | Sabem após a explicação: Sônia Sílvia Martina Cláudia | Salário mensal: Eliana | Centro: Eliana Beatriz Paula Adélia Célia Clarita Cláudia | Guarulhos: Marisa Ana Adélia Sílvia Martina |
| 25 a 30 anos: Sônia Adélia | Castelhano: Beatriz, Paula, Sônia, Eliana, Célia, Clarita, Cláudia, Sílvia, Martina, Marisa Ana, Adélia | Sabem: Eliana Beatriz Paula Adélia Célia | / | Progressista: Não houve | Outros Jardim Brasil (zona norte)/Bom Retiro: Cláudia, Sônia, Eliana |

Com o panorama apresentado e com as visitas ao campo foi possível averiguar como essas mulheres têm dificuldades na inserção na cultura local, admitem não notar nenhuma mudança em seu modo de vida durante a estada no Brasil e desconhecem as informações sobre o governo local. Algumas dificuldades de interação com a cultura local, relatadas pelas imigrantes

foram: a barreira do idioma e o medo de andar nas ruas da cidade de São Paulo, pela violência e assaltos nos bairros da região central. Este último pode ser entendido como um imaginário criado sobre a violência, para justificar o medo exacerbado do desconhecido. Nenhuma entrevistada relatou ter sido vítima ou presenciado algum ato violento praticado no espaço público.

É possível analisar determinadas características da população feminina imigrante sulamericana, como, por exemplo, muitas afirmaram estar no país há sete meses e as entrevistas foram realizadas no mês de setembro de 2010, assim boa parte desembarcou no Brasil nos meses de fevereiro ou março, quando é o período de renovação das coleções das confecções de roupas. De modo geral, haviam cursado a escola em seu país de origem e todas pertenciam a uma classe social baixa, grande parte vivia em pequenos povoados ou em áreas rurais. Somente três entrevistadas falavam pouco o idioma português e este marca grande impeditivo para a socialização das imigrantes no país. Muitas já possuíam familiares na cidade de São Paulo, o que facilita o processo de imigração e adaptação às condições de trabalho.

As respostas apresentavam pouco nível de profundidade e até mesmo se caracterizavam em senso comum, na qual disseminavam a prerrogativa do homem provedor e a mulher auxiliadora no provimento do lar. Mas neste grupo entrevistado, somente duas mulheres afirmaram se relacionar maritalmente, enquanto o restante das entrevistadas veio ao Brasil sem ter laços conjugais, somente laços familiares. Outro ponto a ser destacado é o aparente conflito de posições entre as imigrantes e brasileiras e a demonstração de sua sexualidade, no qual as imigrantes apontam que as brasileiras se vestem e tem atitudes bastante provocativas, que chamam a atenção masculina e também iniciam os relacionamentos e sua vida sexual mais cedo.

As imigrantes que estão localizadas nas regiões centrais da cidade de São Paulo costumam exaltar a situação de “*cerradas*” em que se encontram enquanto as imigrantes que relatam viver em outra cidade, como as que vivem em Guarulhos não abordam esta questão com tanta ênfase. Provavelmente, as poucas áreas verdes de lazer existentes na região do Brás e Bom Retiro causam a sensação de “*claustrofobia urbana*”, e que nos parece muito adequado aos relatos das situações nas quais as imigrantes se encontram quando saem de seu país, de uma zona rural e ingressam numa condição completamente adversa, de confinamento urbano, sem acesso aos espaços que contenham os códigos sociais conhecidos. Aliada a este fato, está à ilegalidade e ínfima fiscalização contra o trabalho ilegal.

O trabalho doméstico faz parte do cotidiano das mulheres, seja somente auxiliando nas tarefas do ambiente doméstico das oficinas ou em suas casas na Bolívia. E mesmo as donas das oficinas são encarregadas de realizar a manutenção do espaço doméstico das oficinas, ou seja, os maridos cumprem o papel de fazerem as negociações enquanto as esposas trabalham para manter o espaço ordenado.

As imigrantes ilegais desconhecem a palavra *ocio*, que significa lazer na língua espanhola e isso demonstra o quanto a lógica do trabalho reserva poucas possibilidades de analisar suas existências sem que seja por ela viabilizada.

É notável que seus objetivos como imigrantes, assumindo o risco da ilegalidade, sejam o de poupar a maior quantidade possível de recursos financeiros para poder sair de uma condição indesejada. E o lazer, em contrapartida, permanece negligenciado. Mas há indícios de iniciativas, como as irmãs que saem para “*jugar pelota*” ou as visitas a parques públicos de São Paulo. As imigrantes que declararam viver em Guarulhos, afastadas do centro da cidade, relataram a prática lazer físico esportivo, como o futebol. Este dado é interessante, já que é comum verificar a presença de grupos de imigrantes residentes na região periférica praticando futebol aos domingos. Alguns parques públicos da Zona Leste de São Paulo têm as quadras poliesportivas agendadas por grupos de imigrantes, como por exemplo, o caso do Parque Santa Amélia, localizado no bairro Itaim Paulista. Assim, as atividades de lazer citadas pelas entrevistadas estavam relacionadas a espaços abertos, atividades ao ar livre, como caminhada, passeios em parques, e esportes. O destaque para o espaço aberto pode indicar a necessidade que sentem em sair “*de las paredes cerradas*” e tomar “*un poquito aire*”.

As mulheres não costumam procurar os serviços públicos, como por exemplo, os Centros de Saúde. Entretanto, em paralelo a baixa busca por tal serviço já existem subprefeituras na cidade de São Paulo que, sensíveis a tal situação, elaboraram uma cartilha voltada às mulheres no idioma espanhol para serem distribuídas nos postos de saúde. Urge a concretização de iniciativas que possam incluir os imigrantes ilegais invisibilizados na cidade de São Paulo, para a construção da autonomia enquanto sujeitos políticos.

Considerações Finais

Ao finalizarmos este artigo sentimos a necessidade de destacar que os dados da pesquisa corroboram as posições encontradas na literatura segundo as quais não se pode propor uma articulação direta entre as categorias trabalho e lazer, mas sim pode-se confirmar uma relação entre trabalho alienado e ausência de espaço para o desfrute do tempo livre e do lazer. Possuir a consciência de que se é sujeito de direitos e de que esses dois momentos da vida cotidiana quando equilibrados geram melhores condições de vida ao ser humano pode ser um elemento ao enfrentamento do trabalho alienado, bem como para a superação de determinadas condicionantes que perpetram a dominação-exploração a que as mulheres estão particularmente submetidas.

Destarte, não se trata de converter aqui o lazer numa categoria central de modo a correr o risco de terminarmos por naturalizá-la. Dito de outra forma: não entendemos que o lazer seja a chave de superação das condições alienantes do cotidiano, antes o contrário. Ele pode agravar as condições para alienação que a vida cotidiana produz (Heller, 2001). Contudo, sua ausência ou precariedade pode sim dificultar espaços nos quais se pode gerar o tempo necessário para que

se possam produzir rupturas que permitam a geração de condicionantes que levem o sujeito a autonomizar-se e a emancipar-se. Assim, é importante pensar que essas categorias podem ser articuladas e de modo algum elas são elementos que atuam de forma binária, dicotomizada ou mesmo maniqueísta.

Ao analisarmos as entrevistas fica claro que, no discurso da maioria dessas mulheres, seus momentos de tempo livre são novas oportunidades de trabalho e não de lazer. Esse uso do tempo (supostamente livre) para continuar trabalhando é um sinal claro de que a categoria lazer não faz parte de forma clara do imaginário dessas mulheres e se o faz não ocupa um lugar significativo para elas. Ainda assim esse novo momento de trabalho pode (e é em certa medida) ser amenizado pelo convívio que pode, inclusive, alcançar algum grau de lazer. Nesse sentido, pode haver a sobreposição de tempo livre, lazer e diversão, sem que, com isso, se possa dizer que são sinônimos (MARTINS & AQUINO, 2007). Por um lado, há uma obrigação de trabalhar ao extremo para que, mais a frente, ao retornar a sua terra, se possa disfrutar tanto do tempo livre quanto do tempo de lazer, permitindo a si mesmas o direito a se divertir, sempre após o cuidado da família. Por outro, o trabalho é uma espaço de exploração e de limitação, que lhes tolhe o direito ao lazer, os espaços de reflexão e de ruptura com um cotidiano marcadamente alienado. É uma lógica cheia de contradições, mas que movimenta, mobiliza, a cada uma dessas mulheres.

O fato de mulheres jovens deixarem seu país de origem em busca de outra condição de vida, pautadas na lógica capitalista de produção, pode representar, numa sociedade patriarcal, um avanço nas relações entre gêneros e, ao mesmo tempo, pode demonstrar estagnação. Tais mulheres tornam-se responsáveis por sua própria sobrevivência e apresentam certa ruptura com a lógica de dominação entre gêneros. Mas o discurso proferido por elas é o mesmo que as mantém ligadas à perpetuação do sistema ideal resultante da simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo, como propôs Heleieth Saffioti ao longo de sua obra (1987, 2004, 2013). Nesse sentido, podemos dizer que quando quem tem o poder é o homem em situação de superioridade nas relações sociais, só resta às mulheres transgredir e resistir, lutar pela superação deste nó resultante dessalógica de dominação-exploração.

O trabalho é o objetivo de qualquer imigrante que busque a satisfação financeira em outro país. Na contemporaneidade, quando vendemos nosso tempo e força de trabalho, o reconhecimento da necessidade humana de práticas de lazer ainda representa um desafio para as políticas públicas de lazer. Principalmente, no que tange a mudança de consciência política (Silva, 2001) para a importância de determinados espaços e momentos de lazer. Neste sentido, a corrente de lazer funcionalista apresenta possível aderência com as propostas de manutenção da vida cotidiana depois do momento de trabalho, para preparar o trabalhador para a nova jornada de trabalho. Embora não seja o ideal de lazer livre de interferências sociais, ainda assim pode

significar a única oportunidade de desfrute de momentos de lazer para determinados extratos sociais.

As práticas de lazer mencionadas pelas entrevistadas ressaltam a importância de locais de sociabilidade do grupo para a manutenção da cultura e para a interação entre os imigrantes. Tais espaços representam, muitas vezes, o único local de sociabilização reservado ao dia de folga do trabalho desempenhado ao longo de excessivas horas. A Praça Kantuta, que serviu de cenário para as entrevistas, acolhe ao público e surge em meio à organização de grupos de imigrantes, que sentiram a necessidade de se expressarem por meio de sua comida, música e arte para o seu próprio povo saudoso de sua terra natal. É importante salientar o deslocamento que algumas das entrevistadas enfrentaram para poderem usufruir desses momentos de descontração junto aos conterrâneos. Muitas delas saíram de bairros afastados, ou de outros municípios, utilizaram o transporte público para chegar ao local de reencontro com sua cultura e tamanho esforço aparente é recompensado ao sentarem-se ao redor da praça. O local também é espaço para a criação de novas redes de relacionamento, isso foi demonstrado pelas atitudes observadas durante o trabalho de campo, que envolviam outras questões do âmbito das relações humanas em que rapazes e moças andavam em grupos e se correspondiam por olhares e gestos de flerte.

Podemos ainda destacar o fato de a população de imigrantes estarem em situação de isolamento étnico/social e manterem pouco contato com a cultura brasileira ou paulista. Identificamos alguns indícios que podem ser atribuídos à ocorrência desse fato: desconhecimento da língua portuguesa, o choque entre as diversas tradições culturais, a formação de grupos de sociabilidade. Neste sentido, as formações dos espaços de sociabilização cumprem o papel de local de resistência e, ao mesmo tempo, de isolamento entre os pares.

Ao longo deste estudo entendemos que as imigrantes sulamericanas que chegam à cidade de São Paulo ultrapassaram imensas barreiras sociais: ao atingirem tal grau de desprendimento e imigrarem com o intuito de sobrevivência por meio do trabalho ilegal e do ganho financeiro que isso representa. Assim, os momentos de lazer não fazem parte das preocupações deste grupo. Mas devido ao trabalho excessivo e a própria lógica de manutenção do trabalhador, o domingo de folga dos imigrantes serve para que a trabalhadora imigrante recupere as suas forças físicas e suporte a semana que virá.

A literatura sobre a condição de imigrantes sulamericanos no Brasil apresenta pesquisas recentes. O maior número de pesquisas se apresenta como artigos científicos com pouca profundidade, ou reportagens que apenas ressaltam as informações gerais das condições dos imigrantes. Poucas são as fontes que apresentam detalhes sobre o fenômeno de imigração sulamericana em São Paulo. Mas, ainda assim, vale destacar que algo que necessita ser amplamente estudado refere-se ao fato de que o modo como o paradoxo da liberdade de ir e vir e a produção de barreiras sociais, políticas e subjetivas geram as condições da opressão, da

violência e no isolamento de imigrantes que não contam com papéis que lhes permitam existir para o Estado. O trabalho excessivo a que se submetem nossas entrevistadas – e tantas outras – só ganha sentido num estado de falta de proteção e reconhecimento político que lhes torna alvo fácil em um sistema no qual o humano muitas vezes parece ter se perdido ou nunca ter existido (Silva 2012a, Souza, 2015).

Nesse quadro, falar de políticas públicas que tenham como objeto a dimensão humana da ação pública aponta para o desafio de se produzir um outro olhar, uma outra compreensão do que elas própria sejam e qual deve ser seu objeto. Indubitavelmente seu objeto deveria ser o enfrentamento das desigualdades que fazem com que uns sejam mais humanos do que outros. Porém não poucas vezes elas servem para alimentar essas desigualdades, para sustentar diferentes formas de violência de Estado que dão condições para que as realidades aqui narradas sejam possíveis. Claro está que esta discussão não foi nosso objeto central, mas claro também está para leitores atentos que esta questão é basilar para a compreensão das condicionantes vivida por estas mulheres e precisa ser enfrentada em trabalhos dedicados ao tema. Pensar o direito ao trabalho digno inclui pensarmos o direito ao lazer e ao tempo livre. Contudo, repensar a ação pública, as políticas públicas e o lugar do humano no sistema de dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista é uma condição para que se possam desenhar formas de superação das desigualdades e de produção de alternativas justas num mundo desigual e perverso no qual as mulheres são sempre uma das partes mais vulneráveis.

Referências Bibliográficas

- Alves, Giovanni. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: Padilha, Valquiria (org). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
- Ángel, Miguel Arnulfo. Del tiempo libre al ocio. *Contribuciones desde Coatepec*, núm. 1, julio-diciembre, 2001, pp. 35-47
- Ansara, Soraia, *Memória Política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política*. *Psicologia política*, Jun 2008, vol.8, no.15, p.31-56. Acessado em 21/04/2015, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso
- Aquino, Cássio Adriano Braz & Martins, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Vol. VII – Nº 2. 479-500. 2007.
- Arbide, Silvia Sánches. La importancia de la perspectiva de género em la psicología del ocio. In: *Anales de psicología*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, España: 2008, vol. 24, n. 1, p. 64-76.
- Oliveira, Cristiane. *O Brasil e os direitos humanos dos imigrantes indocumentados*. Monografia (Direito). Porto Alegre: UrGS, 2013.
- Barros, Vanessa & Nogueira, M. Luisa. O mundo do trabalho na vida cotidiana: a experiência de mobilidade psicossocial em espaço de desqualificação. *Revista Psicologia Política*. 2008, vol. 4, n. 8, pp. 151.

- Benevides, Maria Victoria. Cidadania e questões de gênero. In: GODINHO, Tatau (org). Educar para igualdade: gênero e educação escolar. São Paulo: Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 6, 2004, cap. 4 p. 93-106.
- Bittman, Michael and Brown, Judith E. and Wajcman, Judy. The cell phone, constant connection and time scarcity in Australia. *Social Indicators Research*, 93 (1), 2009. 229-233. Acessado em 12/01/2014 de: <http://eprints.lse.ac.uk/28628/>
- Brandão, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2a ed., 2004.
- Camargo, Beatriz. Kantuta é um pedaço de Bolívia na capital paulista. Repórter Brasil [on line] julho de 2006. [acesso 21 abril 2010]. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=668>>
- Campos, André. Anistia não esgota problemas enfrentados por imigrantes. Repórter Brasil. [on line] março, 2010. [acesso 21 abril 2010]. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1712>>
- Chiaretti, Giuliana. Badanti: mal da lavoro, mal da rapporti sociali, fronteggiamenti. In: Chiaretti, G. (a cura di), *C'è posto per la salute nel nuovo mercato del lavoro?* Milano: Angeli, 2005.
- Chies, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2010, vol.18, n.2, pp. 507-528. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200013>.
- Costa, Giseli. Cidadania e participação: impactos da política socialnum enfoque psicopolítico. 2a ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009, p.90.
- Dencker, Ada de Freitas. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.
- Dobles Oropeza, Ignacio,. Vagas Selva, Gabriela., & Amador Rojas, Krissia. Imigrantes: psicologia, Identidades y Políticas Públicas. San José: Editorial UCR, 2014.
- Dumazedier, Joffre. A Revolução do tempo livre. São Paulo: Studio Nobel, 1994.
- Dumazedier, Joffre. Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- Giddens, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- Gil, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5a ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.
- Gomes, Christianne Luce. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. 2a ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- González-Suárez, Mirta. Psicologia política. San José, CR: Ed. UCR, 2008.
- Grimson, Alejandro. Relatos de la diferencia y la igualdad: los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: EUDEBA, 2005.
- Heller, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- Heilborn, Maria Luiza. Dois é Par – Gênero e Identidade Sexual em Contexto Iguatário. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- Izquierdo Escribano, Antonio. (2000). El proyecto migratorio de los indocumentados según género. *Revista de Sociología*. 60, 225-240.
- Jackson, Edgar., & Henderson, Karla.. Gender-based analysis of leisure constraints. *Leisure Sciences*, 15, 1995, 1-11.
- Lage, Beatriz., & Paulo, Milone. Cultura Lazer e Turismo. *Revista Turismo em Análise*, V. 6, N. 2, 1995. Acessado em 01/05/2015, de: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63184>

- Llajaruna Huayahua, Gladys. Primeira e segunda geração de jovens imigrantes argentinos, bolivianos e peruanos em São Paulo: Um estudo psicossocial da identidade e aculturação. Tese de Doutorado. PUCSP. 2007. Acessado em 27/08/2015, de: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp039644.pdf>
- Lipovetsky, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. Lisboa: Editora Gallimard, 1997.
- Magnani, José Guilherme. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Marcelino, Nelson. Lazer e educação. Campinas: Papyrus, 1995.
- Marconi, Marina; Lakatos, Eva. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Martín-Baró, Ignacio. O Método em Psicologia Política. Trad. Fernando Lacerda. Psicologia Política, 13(28), 2013. 575-592. (originalmente publicado em 1991).
- Martín-Baró, Ignacio. Psicologia Política Latino-Americana. Trad. Fernando Lacerda. Psicologia Política, 13(28), (2013b). 555-573. (Originalmente publicado em 1988).
- Matos, Maria Izilda. Por uma história da mulher. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- Miranda, Angelina. UBS Bom Retiro e comunidade boliviana trabalhando pela saúde. Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=586>. Acesso em: 20/11/2011
- Oliveira, Eleonora. A mulher, a sexualidade e o trabalho. São Paulo: Ed. Hucitec – CUT, 1999.
- Ortega, Graciela. Identidade cultura, território e lazer. In: Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- Parceria entre países promove direitos dos migrantes do Mercosul. Brasília, Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA5F550A5ITEMID9EF040B3632F44FB91BE771761055CB3PTBRNN.htm> Acesso em: 01/11/2011
- Paes, Vanessa G. (2015). Imigração e Direitos: a luta pela cidadania no Brasil. XI Encontro Regional Sudeste de História Oral. Acessado em 02/09/2015, de: [http://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1438877683_ARQUIVO_ImigracaoDireitosABHO2015\(1\).pdf](http://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1438877683_ARQUIVO_ImigracaoDireitosABHO2015(1).pdf)
- Park, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano. In: Velho, Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, cap. 2, p. 29 -72.
- Park, Robert. Human Migration and the Marginal Man. in The Classic Essays on the Culture of Cities. Ed. Richard Sennett. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969, pp. 131–142
- Rezera, Danielle. Gênero e trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo - 1980 a 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2012.
- Rocha, Sonia. Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- Santos, Myrian. Memória Coletiva e Identidade Nacional. São Paulo: Annablume, 2013.
- Saffioti, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.
- Saffioti, Heleieth. Posfácio: Conceituando gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, Mônica (org). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 271-281.
- Saffioti, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- Saffioti, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classes. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

- Santinelli, Fernanda. O dDreito dos Trabalhadores Migrantes em Situação Irregular. *Âmbito Jurídico*, XVI, 89, Jun. 2011.
- Silva, Alessandro Soares da. Consciência e Participação Política: Uma abordagem psicopolítica. *Interações*, 6(12), 2001. Acessado em 21/08/2015, de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35461204>
- Silva, Alessandro Soares da. *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre docência. Universidade de São Paulo, 2012a.
- Silva, Alessandro Soares da. *Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar*. *Psicologia Política* 12(25), 2012b. 409-425. Acessado em 23/08/2015, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a04.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da., & Felipe Corrêa. *Nos interstícios das Disciplinaridades: A Psicologia Política*. Curitiba, 2015.
- Silva, Estefânia G., Nogueira, Maria C., & Neves, Ana M. A. (RE)Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Gênero e Trabalho-Família. *Psico*, , v. 41, n. 4, pp. 455-461, out./dez. 2010. Acessado em 24/08/2015, de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/8312/5950>
- Silva, Sidney Antônio da. *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. *Revista de Estudos Avançados da USP – Dossiê Migrações*. São Paulo: vol. 20, n. 57, 2006.
- Silva, Sidney Antônio da. *Virgem/mãe/terra: festas e tradições bolivianas na metrópole*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2003.
- Souza, Telma R. P. *Políticas Públicas no enfoque da Psicologia Política*. Em Silva, Alessandro Soares da., & Felipe Corrêa. *Nos interstícios das Disciplinaridades: A Psicologia Política*. Curitiba, 2015. pp. 219-238.
- Strey, Marlene. *Gênero*. In: Strey, Marlene, et al. *Psicologia social contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 181.
- Toti, Gianni. *Tiempo libre y explotación capitalista*. México, DF: 1975.
- Villen, Patricia. *Mulheres na imigração qualificada e de baixa qualificação: uma modalidade da divisão sexual do trabalho no Brasil*. VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. 2014a.
- Villen, Patrícia. *A nova configuração da imigração no Brasil sob a ótica do trabalho*. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, vol. III, São Paulo: Boitempo, 2014b.
- Dinesen, Peter Thisted., Klemmensen, Robert., & Nørgaard, Asbjørn Sonne. *Attitudes Toward Immigration: The Role of Personal Predispositions*. *Political Psychology*, 34:4, 2014.
- Wright, Mathew. *Diversity and the Imagined Community: Immigrant Diversity and Conceptions of National Identity*, *Political Psychology*, 32:5 837-862. 2011.